



**Triunfo**  
TRANSBRASILIANA

**Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Demonstrações contábeis acompanhadas do  
relatório do auditor independente para o  
exercício findo em 31 de dezembro de 2025

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	40
Demonstrações contábeis	45
Notas explicativas em 31 de dezembro de 2025	52



## AOS ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do ano de 2025, juntamente com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), acrescidas do balanço social, com o objetivo de divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários o compromisso com a transparência da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 1. INTRODUÇÃO

#### 1.1 A Transbrasiliana

A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia” ou “Triunfo Transbrasiliana”) é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rua Voluntário Vitoriano Borges, 451, centro, no município de Lins, no estado de São Paulo, e controlada indiretamente pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. - TPI (“Triunfo” ou “Controladora”), controladora da BRVias Holding TBR S.A., Companhia aberta de capital nacional, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sob a categoria “B”, sem ações negociáveis no mercado.

Em setembro de 2014, a Triunfo firmou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da empresa detentora de 100% do capital social da Companhia. Dessa forma, desde 5 de janeiro de 2015, o trecho paulista da rodovia BR-153 passou a ser administrado pela Triunfo Transbrasiliana.

Neste período, a Companhia realizou diversos investimentos, além de gerar emprego e renda para as cidades lindeiras. São mais de 700 profissionais, entre empregos diretos e indiretos, que atuam na operação, conservação e administração da rodovia, sendo 22 municípios lindeiros que originam os profissionais. Com suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Triunfo Transbrasiliana administra o trecho de 321,6 quilômetros de extensão da Rodovia Transbrasiliana no estado de São Paulo. Inicia-se no município de Içém, divisa com o estado de Minas Gerais, e termina na cidade de Ourinhos, divisa com o estado do Paraná. A rodovia passa por 22 municípios.

Importante corredor viário para o escoamento de mercadorias e com interligações de rodovias estaduais, a via recebeu, em média, 25,4 milhões de veículos equivalentes no ano de 2025.



O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – DIVISA SP/PR, até 17 de fevereiro de 2033. Uma vez extinta a concessão, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário retornam ao Poder Concedente.

A Companhia atualmente opera com 04 (quatro) praças de pedágio:

- P1 - localizada no km 35+800, em Onda Verde;
- P2 - localizada no km 98+900, em José Bonifácio;
- P3 - localizada no km 183+800, em Lins; e
- P4 - localizada no km 268+100, em Vera Cruz.

Também estão em operação 07 (sete) Bases de Serviços Operacionais - BSOs:

- BSO1 - localizada no km 23+700, em Nova Granada;
- BSO2 - localizada no km 71+800, em São José do Rio Preto;
- BSO3 - localizada no km 122+500, em Ubarana;
- BSO4 - localizada no km 173+700, em Guaiçara;
- BSO5 - localizada no km 217+500, em Marília;
- BSO6 - localizada no km 278+300, em Ocaçu; e
- BSO7 - localizada no km 322+700, em Ribeirão do Sul.

## **1.2 Destaques do Ano**

O exercício de 2025 foi marcado por um ambiente de baixo dinamismo da atividade econômica brasileira. De acordo com dados oficiais, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou leve retração de 0,02% em relação ao exercício anterior, refletindo um cenário de crescimento econômico limitado ao longo do período.



No mercado de trabalho, a taxa média de desemprego em 2025 situou-se em 5,6%, frente a 6,6% em 2024, correspondendo a aproximadamente 6,0 milhões de pessoas desempregadas. Apesar da relativa estabilidade desse indicador, a renda das famílias permaneceu pressionada, em razão do desempenho moderado da atividade econômica e de condições macroeconômicas ainda desafiadoras.

Esse contexto macroeconômico exigiu maior cautela por parte das empresas, com foco na eficiência operacional, no controle de custos e na gestão prudente de recursos, visando à preservação da liquidez e da sustentabilidade financeira.

A seguir são apresentados os principais destaques de 2025.

### **1.2.1 Sustentabilidade**

Na Triunfo Transbrasiliana, a sustentabilidade constitui parte fundamental da estratégia de negócios. O compromisso assumido busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões onde a empresa está inserida, investindo em iniciativas, projetos e ações que estejam alinhados à Política Triunfo de Sustentabilidade.

A Concessionária também conta com o apoio do Instituto Triunfo, uma instituição sem fins lucrativos que, desde 2007, trabalha para que as empresas Triunfo gerem benefícios sociais e incentivem o desenvolvimento sustentável das localidades que as acolhem, identificando e viabilizando oportunidades de ampliação do legado social em três eixos estratégicos: Educação e Cidadania, Proteção à Infância e Cultura.

Alinhada a estes propósitos, a Companhia desenvolve diversos programas, projetos e ações que vão ao encontro das diretrizes da agenda *Environmental, Social and Governance (ESG)* e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).



### 1.2.2 Agenda Social

A Triunfo Transbrasiliana envolve-se com causas e iniciativas relacionadas à agenda social e ao engajamento comunitário por meio de ações, projetos e programas que impactam positivamente seus profissionais e as comunidades lindeiras e que contribuem para o desenvolvimento social. Dentre eles:

- **Campanhas Educativas:** A Companhia atua por meio de campanhas de conscientização sobre a responsabilidade de cada um no trânsito. Mensalmente são realizadas campanhas educativas que abordam temas como os perigos de beber e dirigir, o risco de utilizar celular ao volante, os problemas causados com o descarte irregular de lixo na rodovia, utilização dos equipamentos de transporte de crianças, cinto de segurança, entre outros.
- **Programa na Mão Certa:** desde 2015, a Companhia é signatária do *Pacto Empresarial pelo Fim da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes*, por meio do Programa Na Mão Certa, da Childhood Brasil. A Companhia atua levando informações e conscientizando a sociedade em geral sobre a importância do enfrentamento destas graves violações de direitos.
- **Agentes de Proteção:** a Companhia adota a causa da proteção à infância por meio do projeto “Agentes de Proteção”. Lançado em 2018, com apoio do Instituto Triunfo, o projeto que é premiado e reconhecido capacita todos os profissionais da empresa para o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias. O objetivo é capacitar 100% do quadro funcional sobre o tema enfrentamento à exploração e/ou violência sexual infantil.

Em 2024, todos os profissionais da empresa foram capacitados por um treinamento de atualização. Durante o treinamento, os Agentes de Proteção aprendem sobre as diretrizes e conceitos atualizados de órgãos e entidades de proteção à infância, os tipos de canais de denúncias, esclarecem dúvidas e têm a oportunidade de recordar como devem agir em casos de possíveis crimes contra crianças e adolescentes, tanto dentro quanto fora do horário de trabalho. Além disso, os profissionais tornam-se multiplicadores do canal de denúncias voltado para violação de Direitos Humanos, o Disque 100.



- **Faça Bonito:** a Companhia reforça o compromisso de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Conhecido como o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o dia 18 de maio é uma data marcada por ações de conscientizações que reforçam o compromisso da Concessionária de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Nessa data, a campanha Faça Bonito é divulgada em todos os canais de comunicação da empresa. A campanha é uma mobilização do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em parceria com as Redes Nacionais de Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente.
- **Violência Sexual Zero:** A Triunfo Participações e Investimentos – TPI, por meio de suas concessionárias, da qual a Triunfo Transbrasiliana faz parte, aderiu ao Movimento Violência Sexual Zero. Essa iniciativa, inédita no Brasil, visa à conscientização e o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. O movimento, que já reúne centenas de empresas, conta com o apoio da Childhood Brasil, Instituto Liberta, Vibra e Grupo Mulheres do Brasil.
- **Educação para a Sustentabilidade:** em parceria com o Instituto Triunfo, o projeto Educação para Sustentabilidade, ocorrido em 2019, estimulou alunos a desenvolverem iniciativas de impacto social por meio de uma plataforma online que auxilia na criação e no planejamento estratégico de negócios empreendedores, tendo como referência os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O projeto já beneficiou alunos de Lins, São José do Rio Preto e Bady Bassitt.
- **Programa SESI-SP Esporte:** a Companhia acredita no esporte como fator de inclusão social, educação e cidadania e investe no SESI-SP Esporte (Antigo PAF), do Serviço Social da Indústria de São Paulo (SESI-SP). Desde 2018, a empresa é madrinha da iniciativa em diversos municípios limieiros.

Em 2025, a Triunfo Transbrasiliana renovou os convênios de cooperação técnica com os municípios de Campos Novos Paulista, Getulina, Lins e assinou com o município de Ocaçu. A parceria entre a Concessionária e o SESI-SP conta com mais de 1 mil alunos (entre crianças e adolescentes de 6 a 17 anos) que praticam diversas modalidades esportivas, como: basquete, capoeira, futebol, futsal e voleibol. O objetivo é promover a formação e o desenvolvimento de crianças e jovens por meio de atividades esportivas.



- **Um Freio na Fome e Operação Inverno:** alinhada à sua Política de Sustentabilidade, a Triunfo Transbrasiliana mantém um diálogo aberto junto às comunidades lindeiras a fim de fomentar a melhoria da qualidade de vida nas regiões onde atua. Algumas dessas iniciativas que beneficiam os municípios lindeiros são as campanhas Um Freio Na Fome e Operação Inverno, coordenadas pelo Instituto Triunfo, as campanhas anuais promovem a entrega de cestas básicas e cobertores, respectivamente, para famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos Fundos Sociais de Solidariedade e/ou Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Em 2025, foram mais de 11 toneladas de alimentos não-perecíveis entregues, no total, para famílias de Getulina, Guaimbê, Vera Cruz, Marília, Ocaçu, Campos Novos Paulista, Ribeirão do Sul, São Pedro do Turvo, Ourinhos, Salto Grande e para o Lar Bom Samaritano de Lins – que cuida de pessoas em situação de rua -, além de 2200 cobertores para famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos Fundos Sociais de Solidariedade dos 22 municípios lindeiros. Para a escolha dos municípios beneficiados são levados em consideração os baixos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH locais.

- **Maio Amarelo:** a Companhia planeja diversas ações de conscientização para um trânsito mais seguro. Apoiadora do Movimento Maio Amarelo, a Concessionária chama a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo. Durante todo o mês de maio, o tema se torna uma campanha educativa, com apoio do Observatório Nacional de Segurança Viária - ONSV, sobre segurança viária que é divulgada em todos os canais de comunicação da Companhia.
- **Livro Pavimentação Asfáltica (formação básica para engenheiros):** em novembro de 2022, a Concessionária lançou a 2ª edição do livro “Pavimentação Asfáltica – Formação básica para Engenheiros”, que é referência em engenharia no país. A revisão e atualização da nova edição do livro só foi possível com Recursos de Desenvolvimento Tecnológico (RDT), da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.



- **Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção:** desde 2021, a Companhia é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Reconhecido mundialmente, o instituto tem como objetivo unir corporações para promover um mercado mais íntegro, ético e erradicar o suborno e a corrupção. A adesão ao Pacto é voluntária e as empresas participantes estão sujeitas a uma plataforma de monitoramento, um processo de autoavaliação anual com base no Guia Temático de Integridade, Prevenção e Combate à Corrupção, que a apoiará a aprimorar suas práticas de integridade em diferentes dimensões.
- **Semana Nacional de Trânsito:** com o objetivo de educar, conscientizar e promover a reflexão dos seus usuários e a sociedade em geral sobre o papel de cada cidadão na redução de acidentes, a Companhia reforça sempre no mês de setembro uma campanha educativa voltada à Semana Nacional de Trânsito (entre 18 e 25/9), do Observatório Nacional de Segurança Viária – ONSV, que é divulgada em todos os canais de comunicação.
- **Troco Solidário:** O projeto Troco Solidário, em parceria com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) de Lins, José Bonifácio e Icém, disponibiliza urnas identificadas nas quatro cabines das praças de pedágio da BR-153/SP para arrecadação de doações espontâneas feitas por motoristas. Todo o dinheiro arrecadado é revertido integralmente às instituições para auxiliar crianças e adolescentes com deficiência intelectual, física, múltiplas ou transtorno do espectro autista.

Em parceria com Apae de Icém, a empresa entregou, em 2024, um salão de beleza para os 60 assistidos da instituição. A entrega fez parte da segunda etapa do projeto “Troco Solidário”, na praça de pedágio de Onda Verde (km 35+800). O espaço conta com serviços de beleza e diversos itens e equipamentos de um salão convencional. Além de terem à disposição os serviços, os assistidos participam de oficinas em que aprendem a utilizar os equipamentos disponíveis, sempre com o acompanhamento de um profissional.



- **Orquestra Sinfônica Jovem de Lins (OSJL):** se destaca no cenário cultural do interior paulista, realizando apresentações por todo o estado de São Paulo. A orquestra oferece oficinas gratuitas de viola, violino e violoncelo, e por meio de parcerias, disponibiliza uniformes personalizados para seus participantes. A OSJL tem como missão valorizar a cultura local e contribuir para o acesso à educação musical, beneficiando a comunidade com a oportunidade de integrar o grupo sinfônico. Desde 2013, a OSJL mantém projetos culturais de musicalização aprovados pelo Ministério da Cultura (Lei Rouanet/PRONAC), beneficiando mais de 200 alunos com aulas e a experiência de fazer parte de uma orquestra. A Concessionária apoia a OSJL com a divulgação dos eventos, alimentação e uniformização dos músicos, desde 2023.
- **Programa Pró-Equidade:** desde maio de 2024, a Concessionária é parte integrante do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, do Governo Federal, por meio do Ministério das Mulheres. Com a adesão ao programa, a empresa reforça seu compromisso com a sustentabilidade social como princípio e prática cotidiana, além de valorizar as diferenças como um ativo para a companhia. O Pró-Equidade de Gênero e Raça certifica as empresas que demonstram compromisso com a igualdade de gênero no mundo do trabalho e com a promoção da cidadania.
- **Movimento Afaste-se:** em fevereiro de 2024, a Triunfo Transbrasiliana aderiu ao movimento “Afaste-se”, da Motiva (antiga CCR Rodovias). A iniciativa busca proteger os profissionais que atuam salvando vidas na prestação de atendimento médico, no socorro mecânico, na conservação e na sinalização das rodovias, com o objetivo de evitar acidentes. O evento oficial de adesão ao movimento aconteceu na Base da Polícia Rodoviária Federal - PRF de São José do Rio Preto, e contou com a participação de autoridades da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, de Concessionárias que aderiram à iniciativa, além de representantes de entidades e instituições de segurança viária. A fim de incentivar as boas práticas ao volante sugeridas pelo movimento, a empresa lançou uma campanha educativa que reforçou junto aos usuários que ao perceber uma situação envolvendo qualquer tipo de atendimento nas rodovias, principalmente no acostamento, mude de faixa sempre que for possível e seguro ou reduza a velocidade do veículo em até 40 km/h a menos que o limite regulamentado para a rodovia.



As equipes operacionais da Concessionária também participaram de um treinamento sobre o “Afastar-se”, no qual foi reforçada a importância de sinalizar corretamente os locais de ocorrências, a fim de minimizar os riscos de acidentes. Foram utilizados maquetes e brinquedos (como carros, caminhões, bonecos, cones de sinalização, entre outros) para simular, de forma lúdica, possíveis situações de ocorrências na pista.

- **Compartilhe a Rodovia:** O projeto Compartilhe a Rodovia, realizado pela Triunfo Transbrasiliana e pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), orienta ciclistas sobre segurança no trânsito, especialmente em rodovias. A ação distribui bolsas, coletes refletivos, óculos de proteção, squeezes e sinalizadores de LED para atividades noturnas, incentivando o uso correto dos equipamentos. Apesar de o Código de Trânsito Brasileiro permitir o ciclismo nas rodovias, as autoridades recomendam evitar esse tipo de trajeto devido aos riscos. Caso seja necessário utilizar o acostamento, é essencial que os ciclistas adotem medidas de segurança, como coletes refletivos e sinalizadores, especialmente à noite, para garantir maior visibilidade e proteção.
- **Repasse de ISSQN:** todos os meses a Triunfo Transbrasiliana faz o repasse do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN aos 22 municípios limieiros, que estão localizados no entorno da rodovia. O repasse, que segue a Lei Complementar nº 116 de 2003, é uma das formas de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades onde a Companhia possui suas operações e que podem ser investidos pela gestão municipal nas áreas da saúde, educação e/ou infraestrutura, por exemplo.

Entre janeiro e dezembro de 2025, a Companhia repassou mais de R\$ 12 milhões de impostos às cidades limieiras. Para determinar o valor a ser destinado é realizado um cálculo de acordo com a extensão da BR-153/SP no território de cada município, independentemente da existência ou não de praça de pedágio.



### 1.2.3 Agenda Ambiental

Assegurar a conformidade com a legislação vigente, usar recursos naturais de forma racional, gerir riscos relacionados à interação com ecossistemas. Esses são os compromissos de base da Política Triunfo de Meio Ambiente, que também enfatiza a busca por melhoria contínua do desempenho e o compartilhamento de responsabilidade pela conservação com toda a sociedade.

Alinhada e estas diretrizes, a Concessionária desenvolve dez programas ambientais, que auxiliam nas principais questões de preservação ao longo do trecho paulista da BR-153. São eles:

- 1) Plano de Ação de Emergência (PAE);
- 2) Programa de Conscientização para Ocupação da Faixa de Domínio (PCONS);
- 3) Programa de Comunicação Social (PCS);
- 4) Programa de Educação Ambiental (PEA);
- 5) Programa de Gestão Ambiental (PGA);
- 6) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);
- 7) Programa de Levantamento, Monitoramento e Recuperação dos Passivos Ambientais (PLMRPA);
- 8) Programa de Monitoramento de Atropelamento da Fauna (PMAF);
- 9) Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos (PMRH);
- 10) Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente (PRAPP).

Além dos programas, a empresa possui projetos voltados às comunidades lindeiras com o objetivo de deixar um legado ambiental, como:

- **Nascentes de Vida:** O programa, que teve início em 2018 e já atendeu quase 3 mil alunos, contribui para a preservação de nascentes no Horto Municipal de Lins e conscientiza de forma interativa e pedagógica alunos da rede municipal de ensino de Lins sobre a importância de evitar a escassez da água.



Em parceria com a Prefeitura Municipal de Lins, por meio das Secretarias Municipais de Educação, de Meio Ambiente e Agropecuária, em 2025, mais de 150 alunos de cinco escolas da rede pública participaram da roda de conversa sobre o tema, de trilha ecológica para conhecer e entender a importância de uma nascente modelo no ecossistema, oficina para confecção de mini terrários e aprenderam sobre o ciclo da água e seu respectivo impacto no clima.

- **Programa de Multiplicadores em Educação Ambiental:** Desde 2015, a Companhia capacita os professores da rede pública para ensinarem seus alunos sobre como devem preservar o meio ambiente através do programa “Multiplicadores em Educação Ambiental”. O objetivo é incentivar o desenvolvimento de ações ambientais adequadas à realidade das comunidades. Os educadores participam de atividades teóricas e práticas sobre o meio ambiente que são divididos em quatro módulos e que resultam na edição do Caderno do Professor.
- **Nossa Fauna:** o projeto tem como objetivo fomentar a preservação da biodiversidade da região, através de atividades, com informações sobre os biomas e fauna local, estimulando alunos da rede municipal de ensino a identificarem as espécies de animais e suas interações com a natureza, além de estimular o sentimento de preservação do meio ambiente.
- **Bituqueiras ecológicas:** a Companhia possui bituqueiras ecológicas instaladas nas Praças de Pedágio e Bases de Serviços Operacionais. Além de estimular o descarte correto de guimbas de cigarro, todos os filtros são recolhidos e reciclados, passando por um processo em que se transformam em massa de celulose, que é a base para se fazer o papel. Na sequência, os papéis reciclados são doados para instituições e escolas, que fazem um trabalho de inclusão social e de geração de renda em comunidades. Em 2025, mais de 9 mil bitucas foram coletadas e recicladas.
- **Projeto Transformar:** com o projeto socioambiental “Transformar”, a Companhia reutiliza materiais que se seriam descartados como faixas, banners feitos de lonas e uniformes antigos usados pelos profissionais da empresa para confecção de ecobags, estojos, necessários e sacolinhas de câmbio (lixeiras). Além de gerar emprego e renda para a comunidade, por meio do projeto é possível dar um destino ecologicamente correto aos resíduos que antes não seriam reaproveitados e preservar o meio ambiente.



- **Reposição florestal:** a Companhia já realizou o plantio de mais de 150 mil mudas de espécies nativas em uma área degradada de aproximadamente 70 hectares, às margens do Rio Tietê, em Jacanga (SP). O rio é um dos principais do estado de São Paulo e corta o trecho sob concessão passando pelo município limieiros de Promissão. A reposição florestal, iniciada em 2019, gera impactos positivos para a região como a geração de empregos, o aumento da biodiversidade e a redução da poluição.

Por meio do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), a Triunfo Transbrasiliana é responsável pela reposição florestal e manutenção da área com o objetivo de atender os indicadores de desempenho previstos no próprio projeto de recuperação

#### 1.2.4 Agenda de Governança

A adoção das melhores práticas de governança corporativa fortalece os mecanismos de gestão de riscos dos negócios, ao mesmo tempo em que assegura a sustentabilidade da estratégia corporativa e reitera seu compromisso com a conduta ética e íntegra de operações e relacionamentos. Seguindo estas diretrizes, a Companhia:

- **ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno**

A Concessionária é empenhada no cumprimento das disposições do seu Código de Conduta, Política Anticorrupção, Política Antissuborno de uma estrutura de Compliance e Governança Corporativa eficientes. Prova disso, é que a Companhia possui desde 2022 a certificação internacional ISO 37001 – Gestão Antissuborno. A empresa considera que os elementos primordiais para a sustentabilidade dos negócios são o seu compromisso com a ética, transparência, conformidade com as leis, regulamentações e padrões, nacionais e internacionais, aplicáveis às atividades.



- **ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001**

Certificada, desde 2010, nas normas internacionais ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, respectivamente qualidade, meio ambiente e segurança do trabalho, devido ao compromisso com a sustentabilidade e a preservação da natureza. Em 2020, a Concessionária foi certificada na norma internacional 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional substituindo a OHSAS 18001.

- **Programa Integridade Triunfo**

A Triunfo preza pela integridade e, para fortalecer ainda mais sua postura ética, transparente e idônea, implementou em todas as empresas que detém 100% do capital, um sólido Programa de Integridade. Ele reúne importantes ações, como a reformulação do Código de Conduta, a elaboração da Política Anticorrupção Triunfo, além da criação do Canal Confidencial e do Comitê Triunfo de Integridade, responsável por gerir todas as questões relacionadas ao tema.

### **1.2.5 Prêmios e Certificações**

A Triunfo Transbrasiliana se mantém disposta a estabelecer relações transparentes e éticas com as comunidades em que está inserida, por meio do diálogo aberto e do envolvimento com iniciativas de interesse da população local. Como resultado destes esforços recebe prêmios e reconhecimentos constantes.

- Premiada em 3º lugar no Ranking Benchmarking Brasil 2015, com o projeto “Multiplicadores em Educação Ambiental – Caderno do Professor”. A premiação, concedida pelo programa Benchmarking Brasil, do Instituto Mais, valoriza as ações voltadas à sustentabilidade no dia a dia das organizações.
- Premiada em 2016 com o Troféu Dourado pela atuação conjunta à ONG SOS Rio Dourado, em atividades e projetos ambientais realizados durante o ano. A organização não governamental, sem fins lucrativos, desenvolve ações e programas de proteção, recuperação e preservação ambiental na região de atuação da Concessionária.
- Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil por suas ações em defesa da infância e contra a exploração de crianças e adolescentes em rodovias brasileiras (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025).



- Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil pela execução do Projeto Soluções e Ferramentas versão 1.0, com a estratégia de atuação focada em Lideranças e Público interno, voltada ao combate e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras (2018).
- Reconhecida com selo da *Great Place To Work* (GPTW) como uma das melhores empresas para trabalhar (2018, 2019, 2021, 2022, 2023 e 2024). A GPTW é uma renomada consultoria internacional que avalia empresas e identifica aquelas que possuem os melhores ambientes de trabalho em 50 países no mundo. A pesquisa avaliou a satisfação dos profissionais da Concessionária sobre temas como carreira, desenvolvimento e qualidade de vida;
- Premiada em 2018 e 2019 pela *Great Place To Work* (GPTW) no Ranking Interior Paulista;
- Reconhecida, em 2018, como empresa parceira do 7º FESTUB – Festival de Teatro de Ubarana. A Concessionária incentiva iniciativas de interesse das comunidades onde está inserida e contribui para o desenvolvimento cultural da região.
- Reconhecida, em 2019, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) de Lins com o selo “Empresa Amiga” durante o evento “Proteção em rede: o papel de cada um de nós na proteção de crianças e adolescentes”. O encontro reconheceu a Companhia pelas boas práticas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de campanhas de conscientização dos usuários e pela capacitação dos profissionais quanto a importância de reportar as ocorrências para o canal de denúncias de violações de Direitos Humanos, o Disque 100.
- Reconhecida durante o Prêmio ODS Pacto Global 2019 como uma das melhores práticas do país inspiradas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O projeto “Agentes de Proteção”, desenvolvido em parceria com o Instituto Triunfo no ano de 2018, capacitou os profissionais da Concessionária no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias e foi finalista da primeira edição do prêmio, na categoria Pequenas e Médias Empresas (PMEs), no Eixo Parcerias.



- Reconhecida, em 2019, como uma das melhores práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos com os cases “Gestão de Contratos: Efetividade e Economia”; “Danos ao Patrimônio: Recuperação de Crédito” e “Elaboração de Políticas e Procedimentos: Otimização do Trabalho” durante o V Prêmio de Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos realizado pela Inteligência Jurídica – InteliJur e Fórum de Departamentos Jurídicos e os Advogados e Prestadores de Serviços – FDJUR. O prêmio reconhece os melhores projetos desenvolvidos pelos jurídicos de empresas dentro do cenário nacional, valorizando o trabalho dos profissionais da área e promovendo a troca de experiências e conhecimentos.
- Reconhecida, em 2019, com o selo “Melhores Práticas Jurídicas – prática certificada” pela Inteligência Jurídica – InteliJur.
- Reconhecida como uma das empresas destaque no setor de infraestrutura pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2019. Considerado o maior levantamento de sustentabilidade corporativa do país, a publicação reconhece as empresas e iniciativas de referência no ano, em diferentes áreas. A Exame chegou à lista das 77 melhores empresas, divididas em 19 setores.
- Vencedora do Prêmio Destaque Circuito de Cinema Na Mão Certa 2019, na categoria Serviços, com sessões do filme “Mundo Sem Porteira”. Ao todo, 92 empresas se inscreveram na premiação que foi dividida nas categorias: Embarcador, Transportador e Serviços. A Concessionária realizou 11 sessões e contou com a participação de mais de 500 espectadores.
- Vencedora do Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável 2020, na categoria Empreendedorismo Social – modalidade Médio Porte, com o projeto de proteção à infância “Agentes de Proteção”. O projeto foi reconhecido como uma das melhores práticas empreendedoras sociais do país. Mais de 100 projetos inscritos, 48 foram selecionados para a etapa final e apenas 20 foram premiados.
- A Companhia foi por seis anos consecutivos uma das cinco rodovias federais que melhor desempenharam atividades voltadas ao cuidado com o meio ambiente e às práticas de preservação, de acordo com o Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A Concessionária ficou em 1º lugar em 2020, 2021 e 2025, e em segundo lugar entre 2022, 2023 e 2024 no IDA. A premiação avalia indicadores de desempenho socioambiental e critérios, como: Política Ambiental Institucional, práticas voltadas à biodiversidade, tecnologias e boas práticas socioambientais inovadoras de 15 Concessionárias.



- Certificada, em 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025 pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), como Empresa Cidadã. O reconhecimento é conferido às empresas que reportam informações contábeis e socioambientais de qualidade nos relatórios anuais da Companhia.
- Vencedora da 11ª edição do Prêmio Neide Castanha em 2022 na categoria “Responsabilidade Social” com o projeto Agentes de Proteção. O Prêmio é uma homenagem a Neide Castanha, reconhecida defensora dos direitos humanos que dedicou parte de sua vida a lutar contra a violência a que são submetidos crianças e adolescentes no Brasil.
- Desde 2015, por meio da Triunfo Participações e Investimentos – TPI, a Concessionária reporta anualmente o inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE alcançando o mais alto nível de qualificação no reporte dos dados, demonstrando dedicação, ética e integridade na monitoração e na transparência das informações. Com esses reportes, a empresa conquistou o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol.
- Vencedora do Prêmio Destaque Circuito de Cinema Na Mão Certa 2023, na categoria Serviços, com sessões do filme “Eu tenho uma voz”. A Concessionária realizou 14 sessões e contou com a participação de mais de 800 espectadores;
- Vencedora do Prêmio Via Viva, do Ministério da Infraestrutura, na categoria “Rodoviária, em 2021, 2022 e segunda colocada em 2023 e 2024. O reconhecimento é dado às Concessionárias que possuem boas práticas em sustentabilidade utilizando como critério o resultado do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para o setor de infraestrutura de transportes.

## **2. CONTEXTO SETORIAL**

### **2.1 Receitas e Mercados**

Ao longo desses anos de concessão, a Companhia vem enfrentando diversos desafios, dentre eles, mas não se limitando a: (i) atrasos nas revisões ordinárias previstas contratualmente; (ii) excesso de carga no pavimento, devido à exclusão de balanças do Contrato de Concessão pela Agência Reguladora; e (iii) ausência de reequilíbrio integral para a realização das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03, entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3), determinadas por decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, e incluídas no contrato através da formalização do 4º Termo Aditivo, firmado em 20/12/2024. Portanto, as tarifas atualmente recebidas pela Transbrasiliana não reequilibram integralmente o Contrato de Concessão.



## 2.2 Meios de Cobrança

Meios de Cobrança - mil	2025	2024	Δ%
<b>Veículos Pagantes</b>	<b>11.188</b>	<b>11.043</b>	<b>1,3%</b>
Manual	3.960	4.449	-11,0%
Automática	7.228	6.594	9,6%

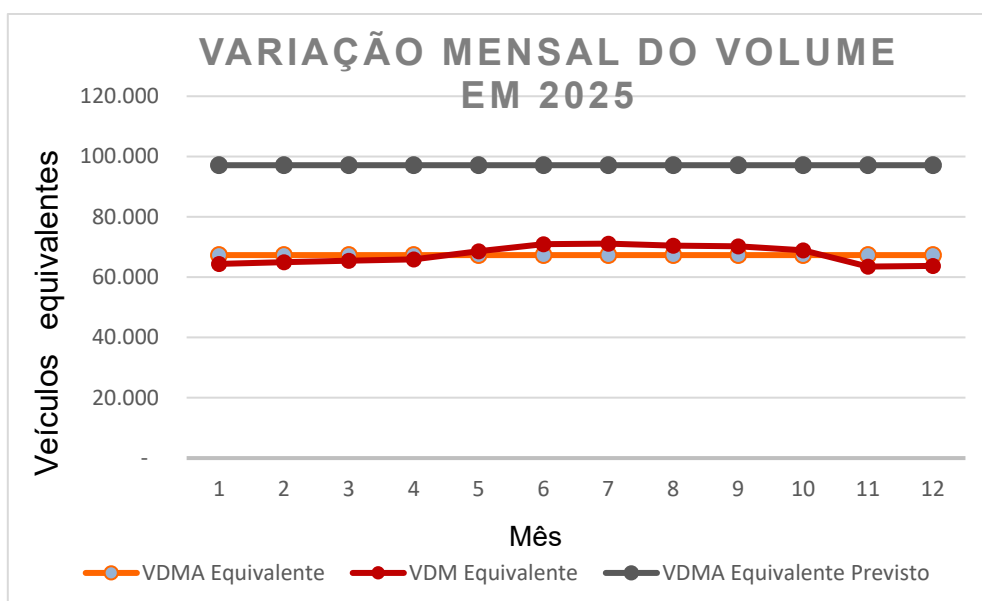
A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (cobrança manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos das operadoras Sem Parar, Via Fácil, ConectCar, Move Mais, Greenpass e Veloe, nas pistas automáticas (cobrança automática). O tráfego nas pistas manuais apresentou redução de 489 mil veículos equivalente a uma queda de 11,0%. Em contrapartida, o tráfego nas pistas automáticas registrou acréscimo de 634 mil veículos, correspondente a um crescimento de 9,6%.

## 3. INDICADORES OPERACIONAIS

### 3.1 Caracterização do Tráfego

#### 3.1.1 Volume

No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.





O VDMA equivalente realizado ficou abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão, ainda em função dos diversos fatores macroeconômicos que ocorreram ao longo do contrato de concessão e que possuem efeitos acumulados até a presente data.

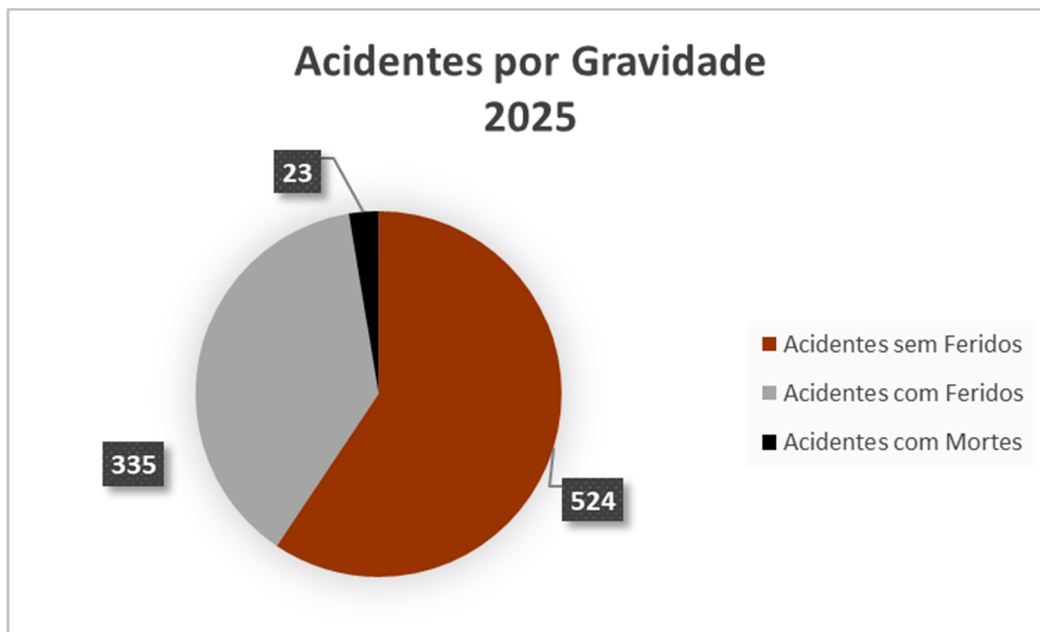
### 3.2 Segurança do Trânsito

#### 3.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e a quantidade de sinistros por tipo de veículo, tanto no exercício corrente quanto no exercício anterior.

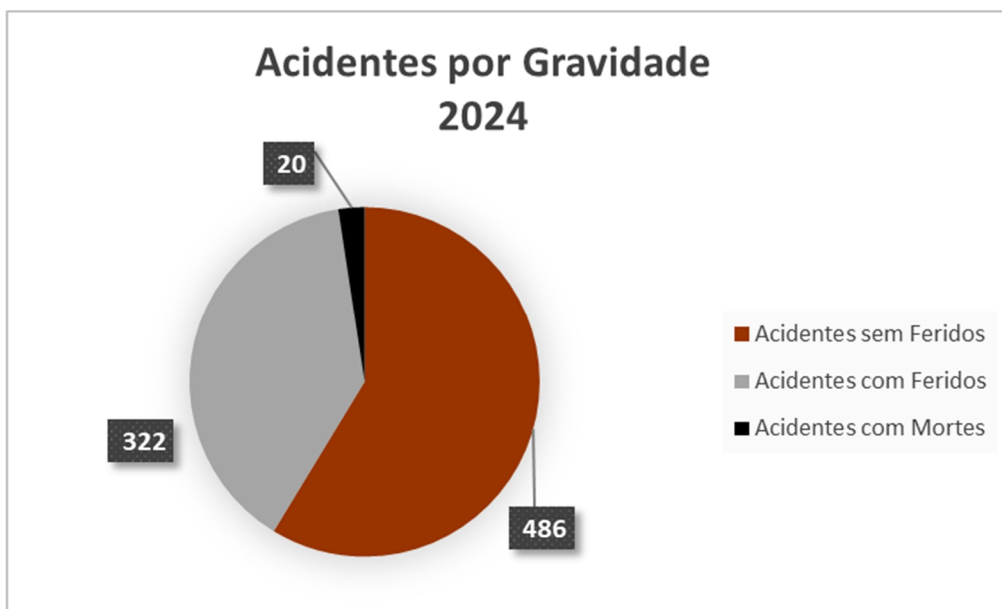
O gráfico abaixo apresenta o percentual dos principais acidentes por gravidade detectados no trecho concedido da rodovia.

#### Percentual e acidentes por gravidade em 2025

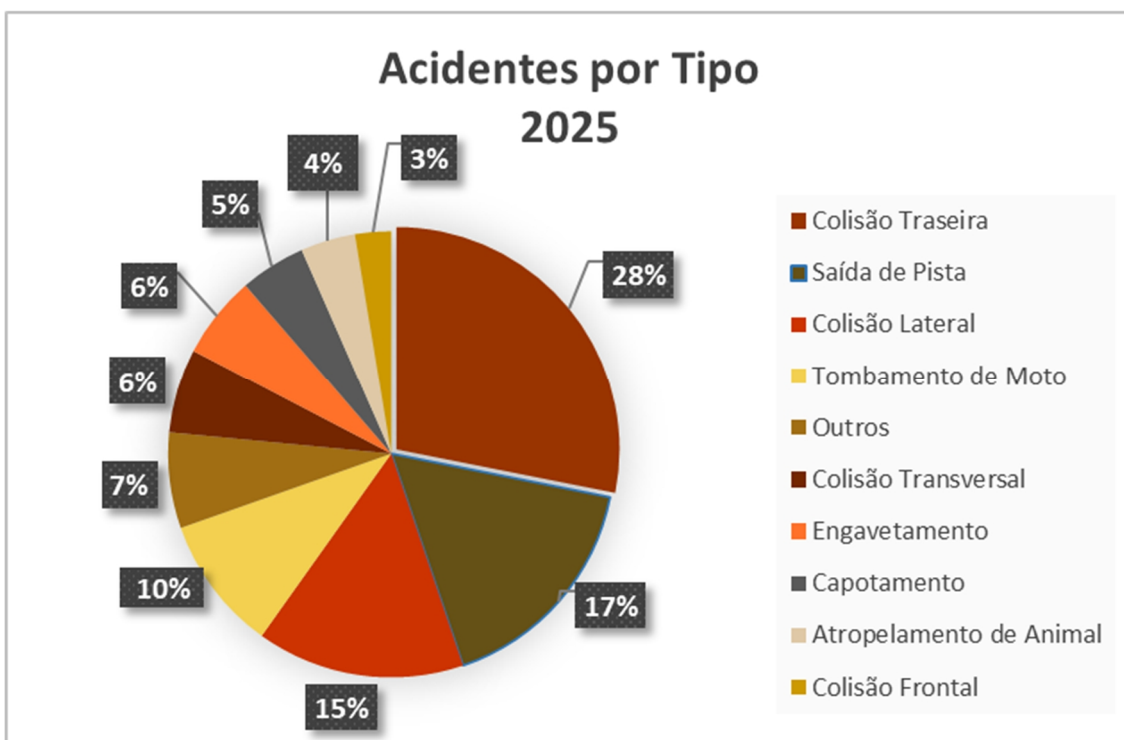


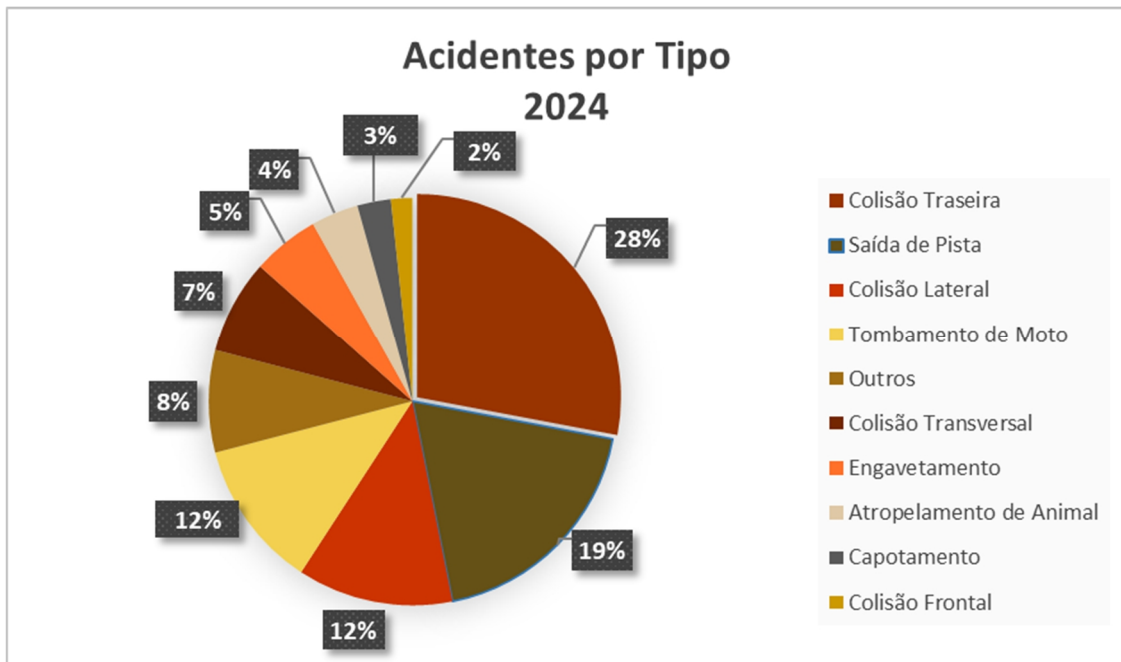


### Percentual e acidentes por gravidade em 2024

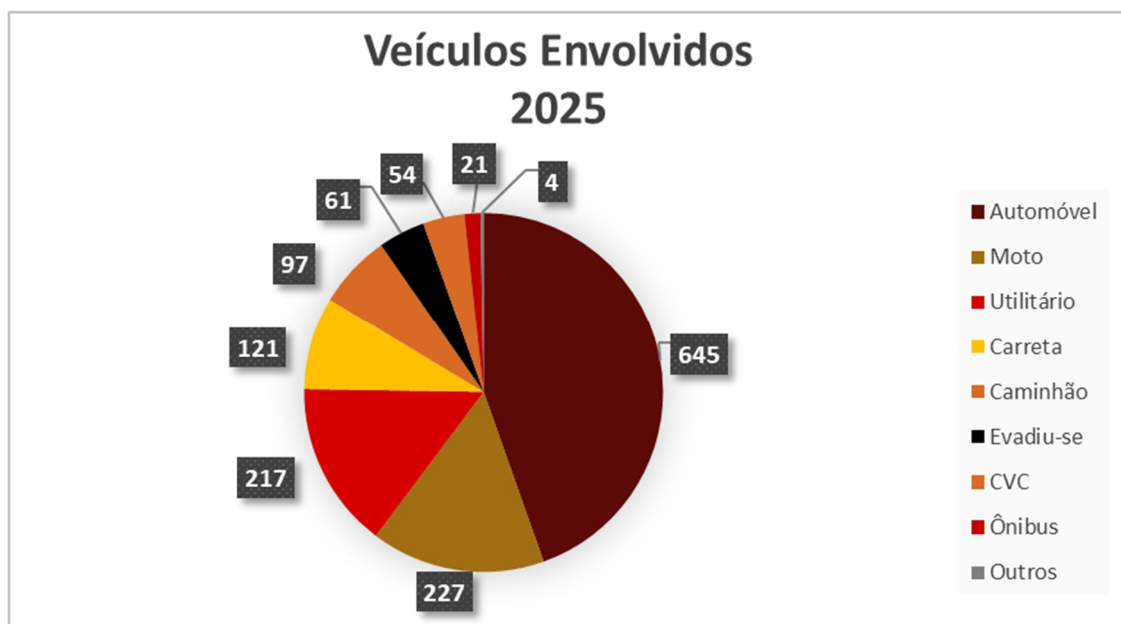


O gráfico abaixo apresenta o valor em percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

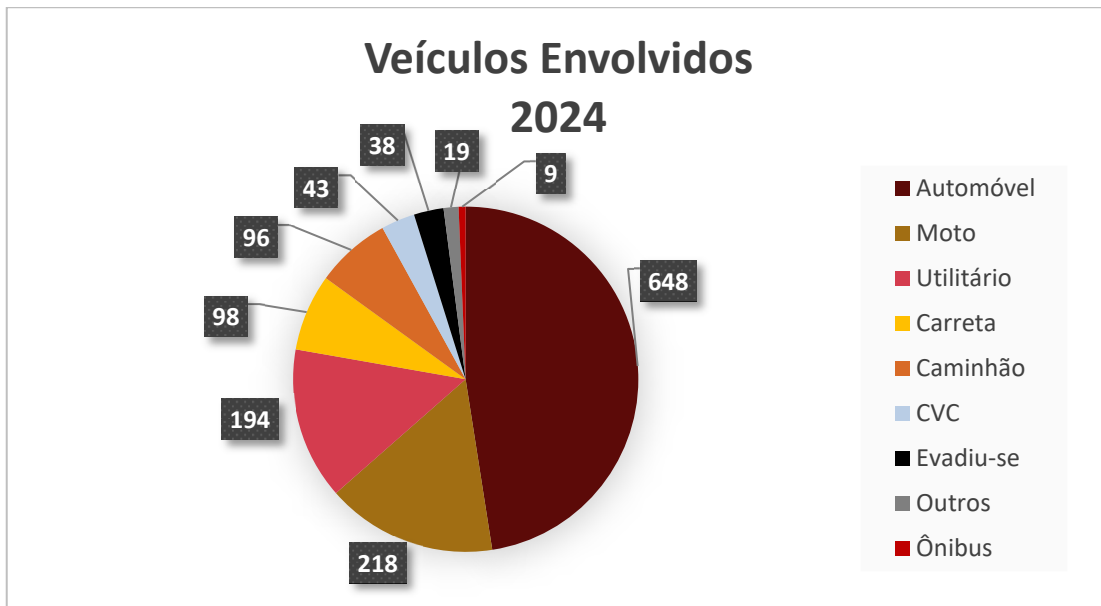




O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de sinistros por tipo de veículos no trecho concedido da rodovia.

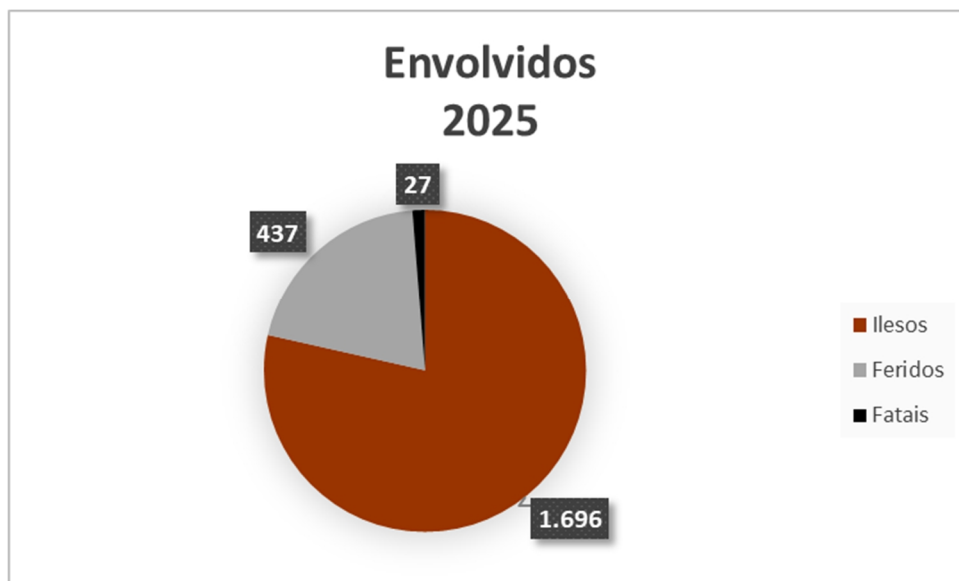


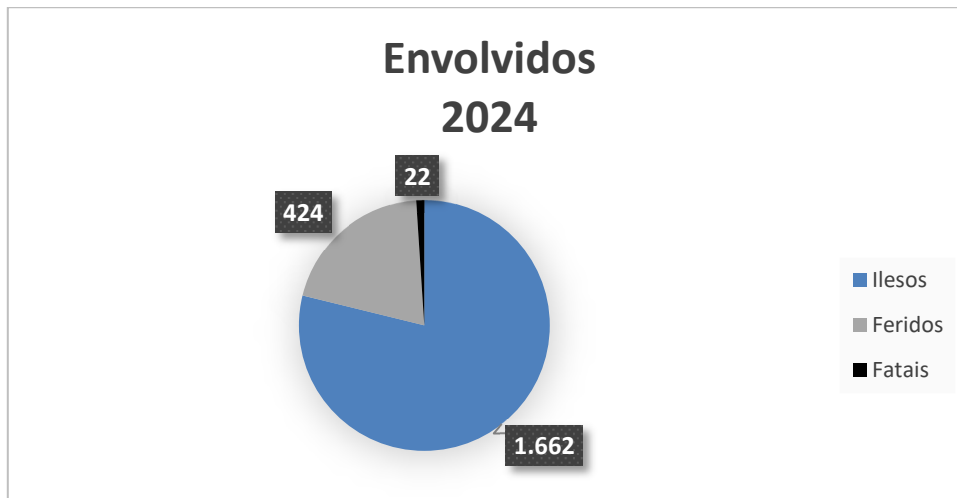
\*Combinação Veicular de Carga – CVC



\*Combinação Veicular de Carga – CVC

O gráfico abaixo demonstra o quantitativo de pessoas envolvidas em sinistros no trecho concedido da rodovia, evidenciando variação no número de ocorrências com vítimas fatais entre os anos de 2024 e 2025.





### 3.3 Dados de Operação da Concessão

#### 3.3.1 Veículos Alocados

Na tabela abaixo, são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação de dezembro de 2025. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor obtido pela divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

**Tipos de veículos alocados na concessão**

<b>Tipo de veículo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Qtde/100km</b>
Inspeção de Tráfego	5	1,55
Vigilância Patrimonial	1	0,31
Guincho Leve	8	2,49
Guincho Pesado	2	0,62
Resgate	8	2,49
UTI	2	0,62
Apreensão de animais	1	0,31
Combate à Incêndios	1	0,31
<b>Total de veículos operacionais</b>	<b>28</b>	<b>8,71</b>
Administração Operações	1	0,31
Administração Tráfego	1	0,31
Apoio à Operação	1	0,31
Administração Pedágio	1	0,31
Carretinha/ Reboque	5	1,55
Manutenção Predial	1	0,31
Manutenção Eletroeletrônica	4	1,24
Manutenção TI	1	0,31
Conservação de Rotina	4	1,55
Apoio à Conservação Rotina	9	2,80
Veículo Administrativo	6	1,87
Veículo Engenharia	1	0,31
Veículo Obras	3	0,62
Roçada Mecânica	7	1,55
Manutenção Meio Ambiente	3	0,93
Veículo Diretoria	3	0,93
Veículo ANTT	2	0,62
Mini Retroescavadeira	1	0,31
Mini carregadeira	1	0,31
Transporte Roçada	10	3,11
<b>Total de veículos de apoio</b>	<b>65</b>	<b>19,59</b>
<b>Total de veículos</b>	<b>93</b>	<b>28,30</b>



### 3.3.2. Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela abaixo as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro de 2025. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre as concessionárias, foi acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Como o valor obtido pela divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

#### Tipos de funcionários alocados na operação da concessão

Tipo de Função	Quantidade	Qtde/VDMA
Gerente de Operações e Segurança Viária	1	12
Supervisor de Tráfego	1	12
Analista Fx. Domínio	1	12
Analista de Operações	2	25
Assistente Operacional	2	25
Operador de Tráfego	51	626
Operador de Guincho Pesado	10	123
Auxiliar de Operações	7	86
Operador de CCO	9	110
Atendente de 0800	4	49
Médico	30	368
Enfermeiro	7	86
Socorrista	101	1.240
<b>Total de pessoal Operacional</b>	<b>226</b>	<b>2.774</b>
Coordenador de Arrecadação	1	12
Controlador de Pedágio	16	196
Agente de Pedágio	75	921
Auxiliar de serviços Gerais	4	49
<b>Total de Pessoal de Pedágio</b>	<b>96</b>	<b>1.179</b>
<b>Total</b>	<b>322</b>	<b>3.953</b>



### 3.4 Aspectos Financeiros

#### 3.4.1 Receitas (em R\$ mil)

A seguir, apresentamos a receita da Concessionária em 2025 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

R\$ mil	2025	Acumulado
Receita com Pedágio	246.192	2.199.421
Receita extraordinária	4.970	63.731
<b>Total</b>	<b>251.162</b>	<b>2.263.152</b>

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2025, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

#### 3.4.2 Investimentos (em R\$ mil)

R\$ mil	2025	Acumulado
Investimentos	78.989	1.108.660

#### 3.4.3 Custos Operacionais (em R\$ mil)

R\$ mil	2025	Acumulado
Custos Operacionais	140.643	1.262.865

<sup>1</sup>não considera custo de Construção



## Tarifas de Pedágio

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

### Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$ mil)

Categoria	Categoria de veículos													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	61	62	63	64	65
Eixos	2	2	3	3	4	4	5	6	1	7	8	9	10	11
Rodagem	Simplex	Dupla	Simplex	Dupla	Simplex	Dupla	Dupla	Dupla	Simplex	Dupla	Dupla	Dupla	Dupla	Dupla
Praça 1 - Onda Verde (Km 35,800)	10,10	20,20	15,15	30,30	20,20	40,40	50,50	60,60	5,05	70,70	80,80	90,90	101,00	111,10
Praça 2 - José Bonifácio (Km 98,900)	10,10	20,20	15,15	30,30	20,20	40,40	50,50	60,60	5,05	70,70	80,80	90,90	101,00	111,10
Praça 3 - Lins (Km 183,800)	10,10	20,20	15,15	30,30	20,20	40,40	50,50	60,60	5,05	70,70	80,80	90,90	101,00	111,10
Praça 4 - Marília (Km 268,100)	10,10	20,20	15,15	30,30	20,20	40,40	50,50	60,60	5,05	70,70	80,80	90,90	101,00	111,10

## 4. DESEMPENHO OPERACIONAL

### 4.1 Veículos Equivalentes Pedagiados

Volume de Tráfego - mil	2025	2024	Δ%
<b>Veículos Equivalentes Pagantes</b>	<b>24.777</b>	<b>24.653</b>	<b>0,5%</b>
Leves	7.475	7.293	2,5%
Pesados	17.302	17.360	-0,3%

Em 2025, foram pedagiados 24,7 milhões de veículos equivalentes, um aumento de 0,5% em relação a 2024.



## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 4.2 Valor adicionado

Em 2025, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 99,8 milhões, uma redução de 18,1% em relação a 2024, cujo valor adicionado foi de R\$ 121,9 milhões. Esta variação deve-se Essa variação decorre, principalmente, do reconhecimento de despesas indedutíveis referentes a exercícios anteriores, as quais impactaram negativamente a geração de valor no período.

### 4.3 Receita Operacional

R\$ - mil	2025	2024	Δ%
Receitas de Pedágio	246.192	231.810	6,2%
Receitas Acessórias	4.970	5.457	-8,9%
Receitas de Construção (IFRS)	48.810	38.404	27,1%
Tributos incidentes	(21.604)	(20.341)	6,2%
<b>Receita Líquida</b>	<b>278.368</b>	<b>255.330</b>	<b>9,0%</b>
Receitas de Construção (IFRS)	(48.810)	(38.404)	27,1%
<b>Receita Líquida Ajustada<sup>1</sup></b>	<b>229.558</b>	<b>216.926</b>	<b>5,8%</b>

Exclui Receitas de Construção e Provisões<sup>1</sup>

- **Receita de Pedágio** – Em 23 de abril de 2025, foi publicada no Diário Oficial da União – DOU, edição nº 81, a Decisão SUROD Nº 437, , que aprovou a 17ª Revisão Ordinária e o Reajuste da Tarifa de Pedágio (TBP). Em decorrência dessa decisão, a partir da zero hora do dia 03/05/2025, a tarifa básica de pedágio foi reajustada de R\$ 9,60 para R\$ 10,10.
- **Receitas Acessórias** – As receitas acessórias totalizaram R\$ 4,9 milhões em 2025, registrando queda de 8,9% em relação a 2024, explicada especificamente pelo encerramento de um contrato.



- **Receitas de Construção** – Foram apurados como receita de construção (IFRS) para 2025 e 2024 os valores de R\$ 48,8 milhões e R\$ 38,4 milhões, respectivamente. Nas concessões de infraestrutura a receita de construção é reconhecida sem margem, sendo mensuradas pelo valor dos custos incorridos, conforme o CPC 47 e a ICPC 01 (IFRIC 12).

#### 4.4 Custos e Despesas

R\$ - mil	2025	2024	Δ%
<b>Custos e Despesas</b>	<b>246.843</b>	<b>194.182</b>	<b>27,1%</b>
Pessoal	34.877	35.499	-1,8%
Amortização intangível e ativos de contrato	70.303	54.836	28,2%
Serviços de terceiros	13.773	12.052	14,3%
Conserv. de revestimento vegetal	1.447	1.400	3,4%
Conserv. de pavimento flexível	7.021	6.803	3,2%
Serviço de atendimento hospitalar	8.572	9.120	-6,0%
Custo de contrato concessão	10.169	8.919	14,0%
Provisão para manutenção	99	- 1.750	-105,7%
Custo de construção	48.810	38.404	27,1%
Material, equipamentos e veículos	13.347	11.972	11,5%
Remuneração dos diretores	3.957	4.211	-6,0%
Serviço de consultoria jurídica	2.265	2.530	-10,5%
Depreciação do imobilizado	1.720	686	150,7%
Outros	30.483	9.500	220,9%
<b>Custos e Despesas Ajustadas<sup>1</sup></b>	<b>126.010</b>	<b>100.256</b>	<b>25,7%</b>

<sup>1</sup> Exclui Amortização, Receita de Construção e Depreciação

- **Pessoal** - A Companhia promoveu ajustes no quadro de funcionários, mantendo o foco na eficiência operacional.
- **Amortização do Intangível** –O aumento da despesa de amortização está relacionado à retomada das obras do Lote 01, que resultou na ampliação da base de ativos amortizáveis e, conseqüentemente, no maior reconhecimento da amortização.
- **Serviços de terceiros** - Crescimento impulsionado por contratações de cartas fiança relacionadas à transação extraordinária.
- **Conservação de Revestimento Vegetal** – Houve uma intensificação na prestação de serviços de Conserva Verde.
- **Conservação do Pavimento Flexível** - Reflexo do reajuste anual contratual.
- **Serviço de Atendimento hospitalar** - Redução obtida por meio de renegociação contratual e descontos aplicados em razão de acordos judiciais.



- **Custo do Contrato de Construção** - A variação é explicada pelo aumento do custo do seguro-garantia, cujas taxas contratadas para 2025 foram superiores às do ano anterior. Soma-se a isso a verba de fiscalização reajustada anualmente e a ausência do estorno da provisão referente à Polícia Rodoviária Federal registrado em 2024.
- **Provisão de Manutenção** – Em 2024, a companhia realizou uma nova estimativa da provisão de manutenção, o que resultou em uma reversão no montante de R\$ 2.249 mil.
- **Custo de Construção** – A retomada das obras no Lote 01, foi a maior responsável pela variação do saldo, gerando impacto direto nos custos de construção.
- **Material, Equipamentos e Veículos** – Crescimento impulsionado por maiores gastos com materiais de sinalização e insumos de conservação.
- **Remuneração dos Diretores** - Redução vinculada à estruturação do quadro da Diretoria.
- **Serviços de Consultoria Jurídica** – Em 2025, ao contrário de 2024, não houve a necessidade de contratação de assessoria especializada para acompanhamento da repactuação e ações estratégicas.
- **Depreciação do Imobilizado** – A variação está associada às baixas decorrentes da venda de veículos e equipamentos ocorridas em 2024.
- **Outros** – No primeiro trimestre de 2025 a Companhia realizou acordo para efetivação de transação extraordinária junto à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) mediante a renúncia ao direito vinculado aos processos junto a este órgão, contemplando o montante de R\$ 20.796.

#### 4.5 Resultado Financeiro

R\$ - mil	2025	2024	Dif.	Δ%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>1.200</b>	<b>99</b>	<b>1.101</b>	<b>1112,1%</b>
Rendimento de aplicações financeiras	1.200	99	1.101	1112,1%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(69.945)</b>	<b>(55.565)</b>	<b>(14.380)</b>	<b>25,9%</b>
Juros sobre Financiamentos	(52.653)	(48.166)	(4.487)	9,3%
Outras	(17.292)	(7.399)	(9.893)	133,7%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(68.745)</b>	<b>(55.466)</b>	<b>(14.576)</b>	<b>23,9%</b>



O resultado financeiro da Companhia em 2025 totalizou R\$ 68,7 milhões em despesas financeiras líquidas, o que representa um aumento de R\$ 14,6 milhões em relação a 2024. Embora haja crescimento relevante das receitas financeiras, houve uma variação pontual em “outras despesas

financeiras” referente ao cenário macroeconômico de taxas de juros elevadas no período, impactando os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos contratados.

## 4.6 Disponibilidade e Endividamento

### 4.6.1 Captações de Recursos

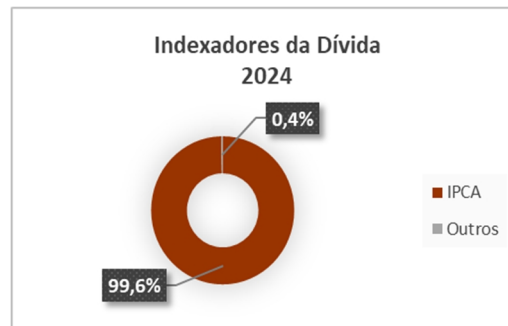
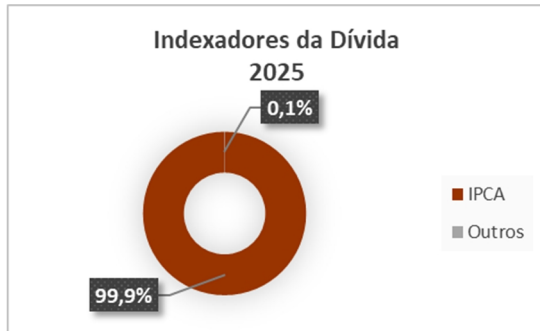
Em 24 de março de 2022, foi aprovada a 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, pela Transbrasiliana, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 275.400.000,00 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais), com prazo de vencimento de 11 (onze) anos, a contar da data de emissão, e carência de 01 (um) ano para amortização dos juros e 02 (dois) anos para amortização do principal. Sobre o principal da dívida incidem juros de IPCA + 9,60% a.a., revisados para IPCA + 9,98% a.a. em 25/03/2024. Na última revisão, realizada em 25/03/2025, a taxa foi ajustada para IPCA + 12,06% a.a.a

<b>Endividamento R\$ mil</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Δ%</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>22.275</b>	<b>20.306</b>	<b>9,7%</b>
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	22.275	20.306	9,7%
<b>Longo Prazo</b>	<b>299.978</b>	<b>297.790</b>	<b>0,7%</b>
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	299.978	297.790	0,7%
<b>Dívida Bruta</b>	<b>322.253</b>	<b>318.096</b>	<b>1,3%</b>
<b>Caixas e Equivalentes de Caixa</b>	<b>37.788</b>	<b>13.335</b>	<b>183,4%</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>284.465</b>	<b>304.761</b>	<b>-6,7%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>103.415</b>	<b>116.670</b>	<b>-11,4%</b>
<b>Dívida Líquida/ EBITDA</b>	<b>2,75</b>	<b>2,61</b>	<b>5,3%</b>

Nota: O endividamento líquido apresentado não contempla os valores relacionados a passivos de arrendamento.



A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 37.8M, superior ao saldo de 2024 que foi de R\$ 13,3M. O saldo da dívida bruta em dezembro/2025 é de R\$ 322,2M, um aumento de R\$ 4,1M em relação ao saldo de dezembro/2024, motivada pela apropriação de juros e pela amortização das debêntures. A dívida está concentrada no longo prazo em que temos 93,1% do total.



#### 4.7 Principais Investimentos

Investimentos - R\$ milhões	2025	Acumulado
Recuperação e Manutenção da Rodovia	8.180	632.768
Melhoramentos/ Manut. Infraestrutura Operacional	2.527	183.319
Obras	66.272	274.135
Outros	2.010	18.438
<b>Total</b>	<b>78.989</b>	<b>1.108.660</b>

Desde o início da concessão, em 2008, a Concessionária tem trabalhado para oferecer segurança e conforto a todos que utilizam a rodovia, por meio de serviços de recuperação, manutenção, conservação, execução de obras e uma ampla estrutura de atendimento ao usuário.



Foram realizados investimentos de aproximadamente R\$ 1.108.660 milhões nos primeiros dezessete anos da Companhia, com serviços como fresagem e recomposição, reparos profundos, micro revestimento asfáltico a frio, sinalização vertical e horizontal, além de duplicações de trechos importantes nos municípios de Ourinhos, Marília e São José do Rio Preto, Bady Bassitt, Mirassol, Jaci e José Bonifácio.



## 4.8 Concessionária em números

Tabela - Rodovias																			
<b>Dados anuais</b>																			
Quilômetros da rodovia	Km 321,6.																		
Número de veículos que transitaram	<b>CATEGORIA VEICULOS</b>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	61	62	63	64	65	ESPECIAL	TOTAL		
		7.553.289	799.373	76.108	623.097	12.869	401.992	278.774	937.685	250.564	415.034	5.310	284.704	69	64	-	11.638.932		
Número de praças de pedágios	São quatro praças de Pedágio em operação, P1 Km 35+800, P2 Km 98+900, P3 Km 183+800 e P4 Km 268+100.																		
Tarifa	Motocicletas, Motonetes Motorizadas R\$ 5,05; Automóvel, Caminhonete e Furgão R\$ 10,10; Caminhão leve, ônibus, Caminhão-trator e furgão R\$ 20,20; Automóvel e caminhonete com semirreboque R\$ 15,50; Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus R\$ 30,30; Automóvel e caminhonete com Reboque R\$ 20,20; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 4 eixos duplos R\$ 40,40; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 5 eixos duplos R\$ 50,50; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 6 eixos duplos R\$ 60,60; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 7 eixos duplos R\$ 70,70; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 8 eixos duplos R\$ 80,80; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 9 eixos duplos R\$ 90,90; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 10 eixos duplos R\$ 101,00 e Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 11 eixos duplos R\$ 111,10.																		
Número de quilômetros mantidos	Km 321,6.																		
Transito Médio Diário Equivalente	2.232																		
Trânsito Médio Anual Equivalente	67.882																		
Equipes utilizadas pela concessionária	7 Bases Operacionais, 122 Câmeras de monitoramento, 2 Estação meteorológica, 8 Guinchos leves, 2 Guinchos pesados, 4 Painéis de mensagens fixo, 5 Painéis de mensagens móvel, 2 UTI - Móvel, 8 Ambulância simples, 5 Viaturas de Inspeção 1 Viatura de vigilância patrimonial, 1 Veículo apreensão de animais, 1 Caminhão pipa e 01 Caminhão plataforma elevatória.																		
Índice de qualidade de estrada	Não se aplica.																		
Receita de Pedágio	231.810																		
Custos associados às receitas de pedágio	158.391																		
<b>Fator Trabalho</b>																			
		Administrativo	Operação	Conservação															
Número de Trabalhadores		73	479	150															
Despesas de Pessoal		11.861	23.352	18.149															
<b>Fator Capital</b>																			
Despesas de Depreciação Amortização	443.322	O método de Depreciação é a Taxa fiscal. Para a amortização, é a curva de trafego respeitando o prazo de concessão da rodovia.																	
Ativo Líquido	665.338																		
Ativo Bruto	1.108.660																		
Série Histórica dos Investimentos	Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
		124.470	23.325	16.321	53.499	62.180	109.431	90.884	97.102	47.693	34.143	51.298	26.144	17.886	44.679	85.671	92.320	53.372	78.989
<b>Fatores Intermediários</b>																			
Despesas em Administração	13.773																		
Despesas em Manutenção	13.347																		
Outras Despesas	30.229																		
<b>Seguridade</b>																			
	<b>Acidentes por Gravidade</b>	<b>Quant.</b>																	
Quantidade de acidentes	Acidentes com Mortes	23																	
	Acidentes com Feridos	335																	
	Acidentes sem Feridos	524																	
	<b>Total</b>	<b>882</b>																	
<b>Indicadores</b>																			
Recêita por veículo	19,92																		
Custo por veículo	13,61																		



## 4.9 Balanço Social

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2025	2024
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	15,24	15,24
Número total de acidentes de trabalho	26	30
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA	<input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT <input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT <input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> direção e todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> direção e todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	100 % na Concessionária 100 % no PROCON 100 % na justiça	100 % na Concessionária 100 % no PROCON 100 % na justiça
7 - Valor adicionado total a distribuir:	98.048	121.909
Distribuição do Valor Adicionado	18% governo 0% acionistas 35% colaboradores 70% terceiros -23% retido	22% governo 0% acionistas 29% colaboradores 46% terceiros 3% retido

## 4.10 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, de 7 de dezembro de 2009, revogada e substituída pela Resolução CVM nº 80/2022 – a qual consolidou e modernizou as regras aplicáveis, mantendo os princípios de transparência e proteção ao investidor -, a Diretoria da Triunfo Transbrasiliana declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independente da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., bem como com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social, findo em 31 de dezembro de 2025.



#### 4.11. Demais Assuntos

##### Desequilíbrio Contratual

São apresentados na relação abaixo os principais temas da Companhia junto à ANTT, que visam manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A citada relação não deve ser interpretada de forma exaustiva, uma vez que os temas formulados pela Concessionária não se limitam aos indicados neste relatório.

- (i) Necessidade do adequado reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, decorrente da inclusão das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03, no que se refere aos custos relacionados;
- (ii) Necessidade do adequado reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, referente aos gastos com a elaboração dos Projetos Executivos de Duplicação (PIL 2015) dos: (i) Lote 02, do km 99,8 ao km 162,0; (ii) Lote 04, do km 195,0 ao km 229,0; (iii) Lote 05, do km 268,4 ao km 280,0; (iv) Lote 06, do km 280,0 ao km 335,5; e (v) Contorno de Marília;
- (iii) Necessidade de atualização do reequilíbrio econômico-financeiro realizado no Contrato de Concessão, em decorrência dos impactos causados pela pandemia de Coronavírus (Covid-19), frente ao pacote estatístico desatualizado utilizado pela ANTT;
- (iv) Necessidade de adequação do reequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão, referente ao valor de compensação do Termo de Ajustamento e Conduta (TAC), a fim de que as compensações de valores sobre os 12º e 16º anos da concessão sejam remanejadas para o fluxo de caixa adequado;
- (v) Necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão, referente à ausência de fiscalização do excesso de peso de veículos comerciais sobre a Rodovia BR-153/SP em decorrência da retirada das balanças do PER pela ANTT;



- (vi) Necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro referente à ocorrência de maior desgaste no pavimento, em virtude dos impactos da Lei Federal nº 13.103/2015 (Lei dos Caminhoneiros), que trouxe expressivo desequilíbrio ao Contrato de Concessão;
- (vii) Necessidade de exclusão do Item 5.1.10.B do PER – Implantação de Trevos em Desnível, com alças, em pista dupla – Completo – Km 55 do Contrato de Concessão, visto que a obra foi executada pelo DNIT;
- (viii) Necessidade de exclusão do Item 5.1.10.B do PER – Implantação de Trevos em Desnível, com alças, em pista dupla – Completo – Km 76,3, visto que a obra foi executada pelo DNIT;
- (ix) Necessidade de exclusão do Item 5.1.10.B do PER – Implantação de Trevos em Desnível, com alças, em pista dupla – Km 86,1, visto que houve obra executada no Km 84,8 (referente a outro item PER), ou seja, em locais próximos;
- (x) Necessidade de exclusão do Item 5.1.12.A – Implantação de Passagens em Desnível Inferior Tipo Viaduto (Km 58,80), visto que a obra foi executada pelo DNIT;
- (xi) Necessidade de duplicação dos Lotes 02 (km 99+800 ao km 162+000), 04 (km 195+200 ao km 227+961), 05 (km 268+000 ao km 280+340) e 06 (km 280+340 ao km 335+720) da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP), diante da saturação do nível de serviço operacional previsto em Contrato de Concessão;
- (xii) Necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão, referente aos impactos decorrentes do aumento dos insumos.

Considerando a necessidade de aprimoramento da rodovia e do Contrato de Concessão da Transbrasiliana, foi protocolado, junto ao Ministério dos Transportes, nos termos da Portaria 848, de 25 de agosto de 2023, o requerimento de otimização e readequação do citado Contrato. O Ministério dos Transportes se manifestou favorável a pré-admissibilidade do Requerimento, e posteriormente em 11 de setembro de 2024 apresentou manifestação favorável. Agora existem duas etapas a serem cumpridas, considerando a negociação entre as partes em relação ao atendimento das premissas públicas estabelecidas na portaria mencionada e na política pública de outorgas, bem como análise, pela ANTT e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), da proposta de otimização e readequação do contrato de concessão (dentre outros assuntos).



#### **4.12 Agradecimentos**

A Diretoria agradece a todos os usuários da rodovia, bem como aos acionistas, fornecedores, demais instituições governamentais e a todos os profissionais pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

#### **A ADMINISTRAÇÃO**

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)  
Brasil  
T +55 11 3886-5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**  
Lins – São Paulo

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante quanto à continuidade operacional

Chamamos atenção para os eventos informados na Nota Explicativa nº 1, que descrevem que as demonstrações contábeis s foram elaboradas e estão sendo apresentadas no pressuposto de continuidade operacional. Conforme descrito na referida nota explicativa, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 37.549 mil, e prejuízo no exercício de R\$ 25.847 mil, que dentre outros aspectos, como **(i)** incerteza sobre a otimização do contrato de concessão que, em 31 de dezembro de 2025, se encontrava em situação de possível repactuação; **(ii)** em dezembro de 2023, a Companhia protocolou junto ao Ministério dos Transportes uma proposta de otimização e readequação do Contrato de Concessão pela Portaria 848. O Ministério dos Transportes se manifestou favoravelmente a pré-admissibilidade do requerimento da Companhia, e posteriormente em 11 de setembro de 2024 apresentou manifestação favorável. Ainda existem duas etapas a serem cumpridas, considerando a negociação entre as partes em relação ao atendimento das premissas públicas estabelecidas na portaria mencionada e na política pública de outorgas, bem como análise, pela ANTT e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), da proposta de otimização e readequação do contrato de concessão (dentre outros assuntos).

Estes assuntos, aliado à situação patrimonial e financeira da Companhia, e prejuízos acumulados, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração da Companhia para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 1. Nossa opinião não contém ressalva com relação a esses assuntos.

### Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

### Avaliação do valor recuperável do ativo intangível

#### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme Nota Explicativa nº 8, o direito de exploração da concessão apresenta valores expressivos em relação ao conjunto das demonstrações contábeis da Companhia. O ativo intangível e ativo de contrato os montantes de R\$ 443.731 mil e 212.329 mil, respectivamente, são formados, substancialmente, pelo direito da outorga da concessão de rodovia e pelos gastos incorridos na construção ou melhoria da infraestrutura, utilizada para prestação dos serviços, que englobam a operação e a manutenção da infraestrutura durante o prazo determinado de concessão. As práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS *Accounting Standards* requerem que a Companhia realize anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados quando da existência de indicativos de perdas de recuperabilidade econômica.

O teste de recuperabilidade dos ativos envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se premissas complexas e significativas definidas pela administração, tais como tarifas, custos de manutenção, taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, dentre outras.

Dessa forma, a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização do ativo intangível e a eventual necessidade de registro de ajuste por redução ao valor recuperável, com conseqüente impacto nas demonstrações contábeis, tendo sido considerada uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos. Em função desses aspectos, esse tema foi considerado um principal assunto de auditoria em nossa auditoria do exercício corrente.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho da estrutura de controles internos implementados pela administração relacionados com a análise do valor recuperável;
- Avaliação das análises preparadas pela administração, com o auxílio de nossos especialistas internos em finanças corporativas, a fim de verificar a razoabilidade do modelo utilizado na avaliação da administração, a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como avaliação da consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros mediante a comparação com orçamentos elaborados pela Diretoria Executiva e premissas adotadas e dados de mercado (como receita de vendas e custos de manutenção), além das taxas de desconto e demais dados considerados;
- Discussão com a administração sobre o plano de negócios;
- Desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas;
- Avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre determinadas premissas sensíveis utilizadas no teste de recuperabilidade, ou seja, aquelas com efeito significativo na determinação do valor recuperável dos ativos objeto do teste de recuperabilidade; e
- Avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável do ativo intangível, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBCTG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Bragatto  
Contador CRC 1SP-234.100/O-4

# Transbrasiliiana Concessionária de Rodovia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

## Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	37.788	13.335
Contas a receber	4	13.979	12.341
Impostos a recuperar	-	1.256	2.669
Despesas antecipadas	5	5.370	5.571
Outros créditos	-	1.482	1.461
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>59.875</b>	<b>35.377</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Contas a receber	4	-	805
Depósitos judiciais	15.a	9.483	34.451
Despesas antecipadas	5	3.197	6.872
Partes relacionadas	6	548	-
Tributos diferidos ativos	14.c	5.250	-
Ativos de direito de uso	-	370	713
Imobilizado	7	5.422	5.158
Intangível	8	443.731	444.271
Ativo de contrato	8	212.329	205.183
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>680.330</b>	<b>697.453</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>740.205</b>	<b>732.830</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações contábeis.

# Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	329	818
Debêntures	10	21.945	19.489
Fornecedores	11	34.608	28.588
Impostos, taxas e contribuições	12	8.006	10.273
Obrigações sociais	-	5.160	6.670
Provisão para manutenção	13	1.223	748
Partes relacionadas	6	22.873	12.833
Passivos de arrendamento	-	301	533
Outras contas a pagar	16	2.979	12.562
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>97.424</b>	<b>92.514</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	-	329
Debêntures	10	299.978	297.461
Fornecedores	11	2.056	13.417
Impostos, taxas e contribuições	12	8.835	9.346
Provisão para manutenção	13	4.870	5.435
Tributos diferidos	14.c	-	6.124
Provisão para demandas judiciais	15.b	9.484	6.035
Passivos de arrendamento	-	357	396
Outras contas a pagar	16	5.277	6.172
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>330.857</b>	<b>344.715</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>428.281</b>	<b>437.229</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	17	283.956	283.956
Reserva legal	-	-	763
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	42.170	-
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	(14.202)	10.882
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>311.924</b>	<b>295.601</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>740.205</b>	<b>732.830</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Transbrasiliiana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	18	278.368	255.330
Custos dos serviços prestados	19	(189.452)	(161.495)
<b>Lucro bruto</b>		<b>88.916</b>	<b>93.835</b>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(57.391)	(32.687)
<b>Lucro operacional</b>		<b>31.525</b>	<b>61.148</b>
Resultado financeiro, líquido	20	(68.745)	(55.466)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(37.220)</b>	<b>5.682</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	11.373	(2.074)
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>		<b>(25.847)</b>	<b>3.608</b>
Lucro básico e diluído por ação em reais - R\$	17.c	(0,06038)	0,00843

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

# Transbrasiliiana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente referentes aos exercícios findos  
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>(25.847)</b>	<b>3.608</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultado abrangente do exercício</b>	<b>(25.847)</b>	<b>3.608</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>220.535</b>	<b>583</b>	<b>8.311</b>	<b>63.421</b>	<b>292.850</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	3.608	-	<b>3.608</b>
Reserva legal	-	180	(180)	-	-
Constituição de dividendos a pagar	-	-	(857)	-	<b>(857)</b>
Aumento de capital	63.421	-	-	(63.421)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>283.956</b>	<b>763</b>	<b>10.882</b>	<b>-</b>	<b>295.601</b>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(25.847)	-	<b>(25.847)</b>
Absorção de prejuízos acumulados por meio da reserva legal	-	(763)	763	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	42.170	<b>42.170</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>283.956</b>	<b>-</b>	<b>(14.202)</b>	<b>42.170</b>	<b>311.924</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(37.220)</b>	<b>5.682</b>
<b>Ajustes para conciliar o resultado às atividades operacionais</b>		
Amortização e depreciação	72.023	55.522
Amortização do direito de uso e juros sobre arrendamentos	304	343
Provisão para manutenção	(90)	(5.367)
Baixa de obrigações com infraestrutura a realizar	-	(3.637)
Provisão para demandas judiciais	4.219	1.523
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	52.653	48.166
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível e ativo do contrato	97	6.744
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>		
Contas a receber	(833)	1.442
Despesas antecipadas	6.457	(9.609)
Impostos a recuperar	1.413	(1.533)
Outros créditos	(21)	154
Depósitos judiciais	24.968	(22.979)
Partes relacionadas	(548)	-
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>		
Fornecedores	(5.343)	4.408
Impostos, taxas e contribuições	(2.778)	10.344
Obrigações sociais	(1.510)	1.029
Partes relacionadas	10.040	(3.797)
Outros passivos	(10.478)	9.062
Pagamento de demandas judiciais	(770)	(1.977)
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<b>112.583</b>	<b>95.520</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	(2.010)	(2.203)
Adição ao intangível e ativo de contrato (intangível em construção)	(76.979)	(51.169)
<b>Caixa (aplicado) nas atividades de investimento</b>	<b>(78.989)</b>	<b>(53.372)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de arrendamento	(232)	(376)
Adiantamento para futuro aumento de capital	42.170	-
Amortização de debêntures e empréstimos	(51.079)	(46.537)
<b>Caixa (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(9.141)</b>	<b>(46.913)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>24.453</b>	<b>(4.765)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes no exercício	13.335	18.100
Saldo final de caixa e equivalentes no exercício	37.788	13.335
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>24.453</b>	<b>(4.765)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas</b>	<b>301.736</b>	<b>275.671</b>
Arrecadação de pedágios	246.192	231.810
Receitas de construção – ativos da concessão	48.810	38.404
Outras receitas	6.734	5.457
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(136.714)</b>	<b>(98.341)</b>
Custos serviços prestados	(39.197)	(38.283)
Custo de construção – ativos da concessão	(48.810)	(38.404)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(48.707)	(21.654)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>165.022</b>	<b>177.330</b>
<b>Retenções</b>	<b>(72.152)</b>	<b>(55.522)</b>
Depreciação e amortização	(72.152)	(55.522)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>92.870</b>	<b>121.809</b>
<b>Valor recebido em transferência</b>	<b>1.198</b>	<b>101</b>
Receitas financeiras	1.198	101
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>94.068</b>	<b>121.908</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>(94.068)</b>	<b>(121.908)</b>
<b>A – Pessoal e encargos</b>	<b>34.540</b>	<b>35.632</b>
Remuneração direta	23.689	22.585
Benefícios	9.309	9.196
FGTS	1.150	1.071
Outros	392	2.780
<b>B – Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>14.944</b>	<b>26.793</b>
Federais	2.148	14.838
Estaduais	417	303
Municipais	12.379	11.652
<b>C – Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>70.430</b>	<b>55.875</b>
Juros	57.002	209
Aluguéis	1.230	1.357
Outras	12.198	54.309
<b>D – Remunerações de capital próprio</b>	<b>(25.846)</b>	<b>3.608</b>
Prejuízo líquido	(25.846)	3.608

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451, Município de Lins – Estado de São Paulo e controlada indiretamente pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. (TPI). (“Triunfo” ou “Controladora”), controladora da acionista BRVias Holding TBR S.A.

O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 12 de dezembro de 2007, por meio da Resolução nº 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13 de fevereiro de 2008, por meio da Resolução nº 2.537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do Contrato de Concessão.

Dessa forma, a Companhia se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio.

Ao longo desses anos de Concessão, a Companhia vem enfrentando diversos desafios, dentre eles, mas não limitado, o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato em razão de: (i) atrasos nas Revisões Ordinárias previstas contratualmente, (ii) excesso de carga no pavimento devido a exclusão de balanças do Contrato de Concessão pela Agência Reguladora; e, (iii) ausência de reequilíbrio integral para a realização das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03, entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3), determinadas através de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400 e incluídas no Contrato através da formalização do 4º Termo Aditivo, firmado em 20 de dezembro de 2024. Portanto, as tarifas atualmente recebidas pela Transbrasiliana não reequilibram integralmente o Contrato de Concessão.

Por fim, importante destacar que em 25 de agosto de 2023, o Ministério dos Transportes emitiu a Portaria nº 848/2023, com o objetivo de readaptar e otimizar os contratos de exploração de infraestrutura rodoviária federal, no qual as concessionárias interessadas deveriam apresentar estudos para demonstrar a vantajosidade de celebração de termo aditivo e prorrogação dos contratos originais por até quinze anos. Em 12 de dezembro de 2023, a Transbrasiliana protocolou junto ao Ministério dos Transportes proposta de otimização e readequação do Contrato de Concessão. Em 19 de dezembro de 2023 o Ministério dos Transportes se manifestou favorável a pré-admissibilidade do Requerimento, e, o encaminhou a INFRA S.A e CONJUR para suas respectivas avaliações. Em 11 de setembro de 2024 foi publicada a Portaria nº 863 de 10 de setembro de 2024, que apresentou a manifestação favorável, com ressalvas, do Ministério dos Transportes, à admissibilidade do requerimento de readaptação e otimização do contrato de concessão da BR- 153/SP. Conforme rito estabelecido na Portaria 848/2024, o processo ainda passará por análise e deliberações ANTT e TCU.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 37.549, e de R\$ 57.137 em 31 de dezembro de 2024, resultado das negociações para quitação de passivos, bem como mantém sua estrutura de endividamento conforme cronograma de quitação.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A administração da Companhia, em conjunto aos acionistas controladores, avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que os planos de reestruturação financeira e as gerações positivas de caixa nos últimos exercícios da Controladora são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

## 2. Base para preparação e apresentação das informações

### 2.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de administração em 06 de março de 2026.

## **2.2 Base de elaboração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos ou, quando aplicável, ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo na mensuração subsequente.

## **2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$) exceto quando indicado de outra forma, o real é a moeda funcional da Companhia.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

## **2.5 Políticas contábeis materiais.**

As políticas contábeis descritas a seguir em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

### **a) Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### **Ativos financeiros,**

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

#### **Classificação dos ativos financeiros**

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### **Custo amortizado**

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Receitas financeiras” (Vide Nota Explicativa nº 21).

#### **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente**

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

#### **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

#### **Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

#### **Passivos financeiros**

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

#### **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

#### **Contratos de garantia financeira**

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

#### **Desreconhecimento**

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

#### **b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

##### **b.1) Contratos de concessão**

A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão.

O Concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

##### **b.2) Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC, considerando os aspectos regulatórios vinculados, e utilizando uma taxa de desconto depois dos impostos variável em aproximadamente de 10,36%, chegando a 9,78% no longo prazo até o término do prazo da concessão. O valor recuperável estimado da UGC foi maior que o seu valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

Adicionalmente em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

**c) Provisões gerais**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

**d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em causas cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso, são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

**e) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

**2.5.1 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas vigentes a partir de 2025**

**2.5.1.1. Alterações às IFRS e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente**

Em 2025, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2025. São elas:

- **Alterações à IAS 21** – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade.
- **Orientação Técnica OCPC 10** – Créditos de Carbono, Permissões de emissão (allowance) e Crédito de Descarbonização.
- **Alterações ao CPC 02 (R2)** - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
- **Alterações ao CPC 18 (R3)** - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09- Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

As normas não são aplicáveis à Companhia e conseqüentemente não geram impactos nestas demonstrações contábeis.

**2.5.1.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas**

A Companhia efetuou a avaliação de todos os CPCs e IFRSs novos e revisados, já emitidos e ainda não vigentes, porém não adotou nenhum antecipadamente. As seguintes normas não são aplicáveis à Companhia e conseqüentemente não têm impacto nestas demonstrações contábeis:

- **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7** - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais.
- **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações.

**As seguintes normas estão em fase de avaliação:**

• **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

Introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o CPC deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48– Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros- Evidenciação. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

Não é esperado impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

• **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11**

O IASB emitiu alterações de escopo limitado no âmbito de sua revisão periódica das normas IFRS, com o objetivo de promover esclarecimentos, simplificações e maior consistência normativa. As mudanças afetam, entre outras, as normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7. Em convergência com essas atualizações, o CPC deverá refletir tais alterações em futuras revisões dos pronunciamentos técnicos correspondentes. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, desde que divulgada.

Não é esperado impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

• **CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras**

A IFRS 18 substituiu a IAS 1, mantendo exigências não alteradas e introduzindo novos requisitos de apresentação e divulgação. Parte do conteúdo da IAS 1 foi realocado para a IAS 8 e para a IFRS 7, além de pequenas alterações introduzidas na IAS 7 e na IAS 33. A norma estabelece, ainda, novos requisitos para a apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado, divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e aprimoramento dos critérios de agregação e desagregação de informações. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. Essa alteração está em fase de avaliação e é esperado que tenha um impacto significativo na forma de divulgação nas demonstrações Companhia, vide Nota Explicativa nº 2.5.1.3.

**2.5.1.3 IFRS 18 – Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras**

Com base nas análises preliminares realizadas até o momento, a Administração identificou que a adoção do IFRS 18 poderá resultar, entre outros aspectos, nas seguintes mudanças:

**Classificação e apresentação de resultados**

- Revisão da classificação de determinadas receitas e despesas, incluindo itens como por exemplo: variação cambial, custo de desconto de recebíveis, atualizações monetárias, receita de antecipação de fornecedores, que poderão ser reclassificados conforme a natureza da transação que lhes deu origem.
- Alterações no escopo do resultado financeiro, com redefinição dos itens que o compõem à luz dos novos conceitos introduzidos pela norma.
- Alterações no escopo de outras receitas e despesas operacionais, considerando as alterações de classificação.

**Estrutura das demonstrações financeiras**

- Implementação de uma nova estrutura da Demonstração do Resultado com: redefinição do lucro operacional; criação de um novo bloco de resultado de financiamento; criação de um novo bloco de resultado de investimento.
- Adequação da apresentação da nota explicativa, hoje apresentada como Resultado Financeiro Líquido, que passará a ser classificado nos novos blocos da nova estrutura da Demonstração do Resultado: atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento.

**Indicadores, métricas e covenants**

- Avaliação do impacto do IFRS 18 sobre o EBITDA, considerando as novas definições de resultado operacional.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas da Administração para o exercício findo em 31 dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Análise dos efeitos potenciais sobre o cálculo de covenants contratuais, em especial aqueles atrelados a indicadores de desempenho financeiro.

- Estudo e definição das Medidas de Desempenho Gerencial (MPMs–Management Performance Measures) que poderão ser apresentadas nas demonstrações contábeis, conforme os novos requisitos de divulgação da norma.

### Status atual e próximos passos

Administração ressalta que os estudos ainda estão em andamento e que os impactos quantitativos e definitivos da adoção do IFRS18 ainda não podem ser mensurados com razoável segurança. A Companhia continuará avaliando os efeitos da norma ao longo de 2026, incluindo possíveis impactos retrospectivos, requerimentos adicionais de divulgação e ajustes nos controles internos e processos operacionais.

#### 2.5.1.4. Normas IFRS S1 e S2/CBPS\* 01 e 02: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima

Em atendimento às Resoluções CVM nº193/2024, nº217/2024, nº218/2024 e nº219/2024, que exigem que as entidades divulguem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionadas a sustentabilidade, bem como requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima, com prazo obrigatório para adoção a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não realizou a adoção voluntária para 2025, mas está avaliando os impactos das normas em conjunto com consultoria especializada em temas climáticos.

\*Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa geral	290	540
Saldos bancários	13.732	12.639
Aplicações financeiras (i)	23.766	156
<b>Total</b>	<b>37.788</b>	<b>13.335</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(i) Trata-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil com liquidez diária, sendo remunerada a taxa de 100% Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

### 4. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Arrecadação de pedágio	13.842	12.259
Receitas acessórias	118	887
Outras receitas	19	-
<b>Total</b>	<b>13.979</b>	<b>13.146</b>
Circulante	13.979	12.341
Não circulante	-	805

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresentava montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe provisão para perdas das contas a receber.

## 5. Despesas antecipadas

	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a apropriar	1.699	1.587
Carta fiança a apropriar (i)	6.868	10.856
<b>Total</b>	<b>8.567</b>	<b>12.443</b>
Circulante	5.370	5.571
Não circulante	3.197	6.872

(i) Trata-se de gastos referentes as cartas fianças em razão da necessidade de garantir as execuções fiscais ajuizadas pela ANTT.

## 6. Partes relacionadas

Os saldos de passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com outras sociedades que estão sob controle comum de seus acionistas. Adicionalmente existem saldos de adiantamentos para mobilização e execução de obras reconhecidos em intangível em construção, conforme divulgado em Nota Explicativa nº 8. A seguir, demonstram-se as transações de acordo com sua respectiva natureza seguir:

	Saldo ativo em		Movimentação em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Controle acionário comum ao da Controladora	-	-	-	-
BRVias Holding TBR	548	-	548	-
<b>Total - Não circulante</b>	<b>548</b>	<b>-</b>	<b>548</b>	<b>-</b>

	Notas	Saldo passivo em		Valor da transação para o exercício	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Controladora					
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	(i)	17.959	7.919	23.488	18.475
Controle acionário comum ao da Controladora					
Centro Tec. de Infraestrutura Viária Ltda.	(ii)	26	26	-	-
TCE Engenharia Ltda.	(iii)	-	-	6.373	7.404
BRVias Holding TBR	(iv)	4.888	4.888	-	-
Construtora Triunfo S.A.	(iii)	-	-	2.382	107
<b>Total - Circulante</b>		<b>22.873</b>	<b>12.833</b>	<b>32.243</b>	<b>25.986</b>

- (i) O valor devido é composto por despesas com pagamento da estrutura de CSC, bem como remuneração por prestação de garantia fidejussória firmado entre as empresas em outubro de 2024.
- (ii) Referente a valores a pagar oriundos do contrato de prestação de serviço com o Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária Ltda., pela prestação de serviços de engenharia, por meio da avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimento e avaliação dos elementos rodoviários de sinalização e de proteção e segurança em atendimento ao estabelecimento no Programa de Exploração da Rodovia (PER);
- (iii) Valores referente a fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais, necessários para o serviço de fresagem e recomposição com CBUQ.
- (iv) Adicionalmente, o saldo de dividendos a pagar provisionados em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 4.888 mil (R\$ 4.888 mil em 31 de dezembro de 2024). O pagamento deste montante está previsto para ocorrer no transcorrer do primeiro trimestre de 2026, conforme acordado com a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A..

## 7. Imobilizado

### Movimentação em 31 de dezembro de 2025

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
<b>Custo</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.905	3.476	569	9.914	-	16.864
Adições	296	332	7	1.365	10	2.010
Baixas	(22)	(1)	(23)	(380)	(10)	(436)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>3.179</b>	<b>3.807</b>	<b>553</b>	<b>10.899</b>	<b>-</b>	<b>18.438</b>
<b>Depreciação</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.101)	(1.816)	(388)	(7.401)	-	(11.706)
Adição	(322)	(301)	(33)	(1.064)	-	(1.720)
Baixas	22	1	22	365	-	410
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(2.401)</b>	<b>(2.116)</b>	<b>(399)</b>	<b>(8.100)</b>	<b>-</b>	<b>(13.016)</b>
<b>Valor residual líquido</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	804	1.660	181	2.513	-	5.158
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>778</b>	<b>1.691</b>	<b>154</b>	<b>2.799</b>	<b>-</b>	<b>5.422</b>
Taxas medias de depreciação %	20	10	10	20	De 10 a 20	-

### Movimentação em 31 de dezembro de 2024

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
<b>Custo</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.645	3.419	613	11.301	1.995	19.973
Adições	376	265	32	4	1.526	2.203
Baixas	(108)	(202)	(70)	(1.391)	(1.429)	(3.200)
Transferências	(8)	(6)	(6)	-	(2.092)	(2.112)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.905</b>	<b>3.476</b>	<b>569</b>	<b>9.914</b>	<b>-</b>	<b>16.864</b>
<b>Depreciação</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.098)	(1.716)	(391)	(8.497)	(353)	(13.055)
Depreciação	(108)	(258)	(35)	(127)	(158)	(686)
Baixas	104	147	32	1.223	2	1.508
Transferências	1	11	6	-	509	527
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(2.101)</b>	<b>(1.816)</b>	<b>(388)</b>	<b>(7.401)</b>	<b>-</b>	<b>(11.706)</b>
<b>Valor residual líquido</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	547	1.703	222	2.804	1.642	6.918
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>804</b>	<b>1.660</b>	<b>181</b>	<b>2.513</b>	<b>-</b>	<b>5.158</b>
Taxas medias de depreciação %	20	10	10	20	10 a 20	-

#### a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada. O custo de bens adquiridos após a adoção do custo atribuído inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo;

#### b. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas contábeis é contabilizado prospectivamente.

## 8. Intangível e ativo de contrato (intangível em construção)

### Movimentação em 31 de dezembro de 2025

	Movimentação do Intangível			Movimentação do Ativo de contrato		
	Recuperação da rodovia (i)	Operação da rodovia/ melhoramentos (ii)	Total do intangível	Intangível em construção (vi)	Adiantamento obras (iv)	Total do intangível em construção
<b>Custo</b>						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>615.372</b>	<b>159.225</b>	<b>774.597</b>	<b>198.920</b>	<b>40.037</b>	<b>238.957</b>
Adições (i)	8.180	2.527	10.707	25.356	40.916	66.272
Baixas	(186)	(97)	(283)	(28)	-	(28)
Transferências	22.038	21.664	43.702	(30.408)	(13.294)	(43.702)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>645.404</b>	<b>183.319</b>	<b>828.723</b>	<b>193.840</b>	<b>67.659</b>	<b>261.499</b>
<b>Amortização</b>						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(249.351)</b>	<b>(80.975)</b>	<b>(330.326)</b>	<b>(33.774)</b>	-	<b>(33.774)</b>
Adição	(29.863)	(25.043)	(54.906)	(15.397)	-	(15.397)
Baixas	240	-	240	1	-	1
Transferências	797	(797)	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(278.177)</b>	<b>(106.815)</b>	<b>(384.992)</b>	<b>(49.170)</b>	-	<b>(49.170)</b>
<b>Valor residual líquido</b>						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>366.021</b>	<b>78.250</b>	<b>444.271</b>	<b>165.146</b>	<b>40.037</b>	<b>205.183</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>367.227</b>	<b>76.504</b>	<b>443.731</b>	<b>144.670</b>	<b>67.659</b>	<b>212.329</b>
Taxa de amortização %	13,0	13,0	-	13,0	-	-

### Movimentação em 31 de dezembro de 2024

	Movimentação do Intangível			Movimentação do Ativo de contrato			
	Recuperação da rodovia (i)	Operação da rodovia/ melhoramentos (ii)	Total do intangível	Intangível em construção (iii)	Infraestrutura a realizar (iv)	Adiantamento obras (v)	Total do intangível em construção
<b>Custo</b>							
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>594.554</b>	<b>144.208</b>	<b>738.762</b>	<b>196.258</b>	<b>9.442</b>	<b>30.320</b>	<b>236.020</b>
Adições (i)	19.082	668	19.750	9.330	-	22.089	31.419
Baixas	(837)	(12)	(849)	(4.218)	-	-	(4.218)
Reversão de Infraestrutura a realizar (ii)	-	-	-	-	(9.442)	-	(9.442)
Transferências	2.573	14.361	16.934	(2.450)	-	(12.372)	(14.822)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>615.372</b>	<b>159.225</b>	<b>774.597</b>	<b>198.920</b>	-	<b>40.037</b>	<b>238.957</b>
<b>Amortização</b>							
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(227.634)</b>	<b>(60.463)</b>	<b>(288.097)</b>	<b>(20.655)</b>	-	-	<b>(20.655)</b>
Amortização	(21.752)	(19.965)	(41.717)	(13.119)	-	-	(13.119)
Baixas	13	2	15	-	-	-	-
Transferências	22	(549)	(527)	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(249.351)</b>	<b>(80.975)</b>	<b>(330.326)</b>	<b>(33.774)</b>	-	-	<b>(33.774)</b>
<b>Valor residual líquido</b>							
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>366.920</b>	<b>83.745</b>	<b>450.665</b>	<b>175.603</b>	<b>9.442</b>	<b>30.320</b>	<b>215.365</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>366.021</b>	<b>78.250</b>	<b>444.271</b>	<b>165.146</b>	-	<b>40.037</b>	<b>205.183</b>
Taxa de amortização %	9,65	9,65	-	-	-	-	-

- (i) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados;
- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por exemplo, implantação dos sistemas operacionais;
- (iii) A baixa de R\$ 4.218, refere-se a revisão da provisão de manutenção em decorrência das entregas de obras conforme cronograma PER;
- (iv) A transferência de R\$ 9.442, refere-se à encontro de contas com correlato Passivo na rubrica de "Obrigações com infraestrutura a realizar", em razão da extinção da obrigação correspondente;



- (v) Valores referente a adiantamento para Construtora Triunfo S.A., TCE Engenharia Ltda e Consorcio TT-TBR lote 01 em montantes acumulados de R\$ 44.571 mil, R\$ 21.604 mil e R\$ 1.484 mil em 31 de dezembro de 2025, (R\$ 7.372 mil e R\$ 32.665 mil em 31 de dezembro de 2024) respectivamente. Tais adiantamentos são destinados para mobilização de equipamentos e montagem do canteiro de obras para execução da obra de duplicação do KM 0+000 ao KM 51+700 e km 74+900 ao km 99+800 e interseções existentes em nível no Km 99+900 metros e no Km 107+700 metros.
- (vi) A Companhia avalia periodicamente as movimentações do intangível em construção para monitoramento de vinculação dos bens e sua respectiva amortização, para tal considera-se a conclusão das respectivas obras bem como a vinculação destes ao cronograma do PER.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, dessa forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada "Custos dos serviços prestados", nas demonstrações de resultado.

#### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização. Caso exista algum indicador de perda de valor recuperável, o teste de *impairment* é realizado na data identificada. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2026 e no plano de negócios de longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e consideram: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. O valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC, considerando os aspectos regulatórios vinculados, e utilizando uma taxa de desconto depois dos impostos variável em aproximadamente de 10,36% chegando a 9,78% no longo prazo até o término do prazo da concessão. O resultado apurado no teste de *impairment* foi superior aos saldos contábeis de ativo intangível e intangível em construção, sendo assim não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos avaliados no período.

#### **Ativo de contrato (intangível em construção)**

O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das informações trimestrais. O valor do intangível em construção em montantes de R\$ 144.618 e de R\$ 165.146, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 respectivamente.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 9. Empréstimos e financiamentos

Tipo de operação	Taxa de juros		Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
	(% a.a.)	Indexador			
CCB	15,02%	Pré-fixado	2026	329	1.147
Circulante				329	818
Não circulante (i)				-	329
(i) A vencer entre 13 e 24 meses.					
<b>Resumo da movimentação</b>				<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Saldo inicial</b>				<b>1.147</b>	<b>2.168</b>
Pagamentos (principal, juros)				(1.014)	(1.282)
Juros				196	261
<b>Total</b>				<b>329</b>	<b>1.147</b>

Os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 possuem taxa pré-fixadas com média ponderada de 15,02% a.a.

### 10. Debêntures

Emissora	Debêntures		Valor	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	31/12/2025	31/12/2024
	Série emitidas	Vencimento						
TBR	8ª	275.400	25/03/2033	275.400	(20.400)	255.000 IPCA + 12,06% a.a.	321.923	316.950
Circulante							21.945	19.489
Não circulante							299.978	297.461
<b>Resumo da movimentação</b>							<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>do inicial</b>							<b>316.950</b>	<b>311.719</b>
Pagamentos (principal, juros e remuneração)							(50.065)	(45.255)
Despesas antecipadas							2.581	2.581
Juros							52.457	47.905
<b>Total</b>							<b>321.923</b>	<b>316.950</b>

A Companhia realizou, em 24 de março de 2022, a oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Transbrasiliana, nos termos da instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 275.400 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) e prazo de vencimento de 11 (onze) anos, a contar da data de emissão e carência de 01 (um) ano para amortização dos juros e 02 (dois) anos para amortização do principal. Desta forma, conforme cronograma da dívida e carências vinculadas, até o término do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve apenas pagamento dos juros. Destaca-se ainda que os recursos das Debêntures foram liberados em abril de 2022 através de duas tranches.

Em 27 de março de 2023, foi incorporado o valor de juros R\$ 26.752 como principal de acordo com o contrato vigente. A Companhia necessita manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses, que antecedem a data-base da última demonstração financeira auditada e/ou informação financeira revisada, superior ou igual a 1,2x. Em 31 de dezembro de 2025 os índices estão dentro dos padrões exigidos, alcançando aproximadamente 1,97x. Referente ao custo de transação de R\$ 20.400 a companhia informa que o saldo restante a apropriar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 13.600.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
De 13 a 24 meses	26.319	48.544
De 25 a 36 meses	64.717	65.822
De 37 a 48 meses	68.378	75.293
De 49 a 60 meses	69.350	82.557
Acima de 61 meses	71.214	25.245
<b>Total</b>	<b>299.978</b>	<b>297.461</b>

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas da Administração para o exercício findo em 31 dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 11. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores diversos	25.419	31.346
Retenções (i)	11.245	10.659
<b>Total</b>	<b>36.664</b>	<b>42.005</b>
Circulante	34.608	28.588
Não circulante	2.056	13.417

(i) A Companhia adota como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais e prazos de retenção são determinados por meio dos contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

### 12. Impostos, taxas e contribuições

	31/12/2025	31/12/2024
ISS a recolher	1.238	3.908
PIS/Cofins - Faturamento	746	1.361
PIS/Cofins/CSLL - Terceiros	344	528
IRRF/INSS - Terceiros	295	292
Parcelamentos fiscais municipais (12.1)	84	-
Parcelamentos federais e previdenciários (12.1) (i)	14.134	13.530
<b>Total</b>	<b>16.841</b>	<b>19.619</b>
Circulante	8.006	10.273
Não circulante	8.835	9.346

(i) Valores sendo atualizados considerando a aplicação da Selic.

#### 12.1 Parcelamentos federais e previdenciários:

	31/12/2025			31/12/2024
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Parcelamento Federal simplificado PIS/Cofins	2.128	4.088	6.216	5.655
Parcelamento Municipal simplificado ISS	84	-	84	-
Parcelamento Federal simplificado IRPJ/CSLL	1.614	1.089	2.703	4.011
Parcelamento Federal simplificado IRRF/INSS	1.557	3.658	5.215	3.864
<b>Total</b>	<b>5.383</b>	<b>8.835</b>	<b>14.218</b>	<b>13.530</b>

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	4.006
2027	3.134	2.024
2028	2.832	1.749
2029 em diante	2.869	1.567
<b>Total</b>	<b>8.835</b>	<b>9.346</b>

### 13. Provisão para manutenção

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01 (R1), é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A manutenção da rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, a manutenção inicia-se após a fase de recuperação da rodovia e desenvolve-se até o final da concessão.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Esta etapa somente se inicia após a conclusão e o aceite da ANTT das obras que compõe a fase de Recuperação da Rodovia.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

Após revisão no cronograma das intervenções com base nas obras finalizadas e inclusão de novas obras no cálculo, concluindo desta forma para a reversão parcial da provisão para manutenção no período.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A movimentação da provisão de manutenção durante o período/exercício é como segue:

<b>Resumo da movimentação</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>6.183</b>	<b>11.550</b>
Adições	-	1.107
Reversão (i)	(90)	(6.474)
<b>Saldo final</b>	<b>6.093</b>	<b>6.183</b>
Circulante	1.223	748
Não circulante	4.870	5.435

(i) Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia revisitou a estimativa das provisões para manutenção considerando o avanço das obras de recomposição encerradas até esta data.

Em 31 de dezembro de 2025, os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<b>Período</b>	<b>R\$</b>
2026	1.223
2027	1.382
2028	1.724
2029	1.251
2030	513
<b>Total</b>	<b>6.093</b>

## 14. Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

### b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais/bases negativas não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos/bases negativas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.



Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.3, os Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos consonância com o pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, itens 74 a 76, que estabelece as diretrizes para a compensação dos impostos diferidos. A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 65.222 acumulados até 31 de dezembro de 2025 e R\$ 31.874 em 31 de dezembro de 2024. Estes valores não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

**c. Imposto de renda e contribuição social diferidos – Ativo e passivo**

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões	8.534	6.233
Prejuízo fiscal e base negativa	22.176	10.837
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(6.483)	(7.144)
Outros (i)	(18.977)	(16.050)
<b>Total</b>	<b>5.250</b>	<b>(6.124)</b>

(i) Estes valores são compostos por efeitos em relação a amortização linear do ativo intangível, bem como demais diferenças temporárias, conforme detalhamento a seguir nas movimentações dos impostos diferidos.

**Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido em 31 de dezembro de 2025**

	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
<b>Ativo</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa da CS	10.838	11.339	-	22.177
Provisão para contingências	2.051	1.173	-	3.224
Provisão PLR	1.219	-	(48)	1.171
Outras provisões temporárias	860	1.209	-	2.069
Provisão de manutenção	2.102	-	(31)	2.071
<b>Total ativo diferido</b>	<b>17.070</b>	<b>13.721</b>	<b>(79)</b>	<b>30.712</b>
<b>Passivo</b>				
Adoção Lei nº 12.973/14	(3.763)	-	460	(3.303)
Desp. Financ. art.73 IN nº 1.515/14	(3.381)	-	201	(3.180)
Depreciação (linear x curva de tráfego)	(11.542)	(2.870)	-	(14.412)
Demais diferenças temporárias	(4.508)	(59)	-	(4.567)
<b>Total passivo diferido</b>	<b>(23.194)</b>	<b>(2.929)</b>	<b>661</b>	<b>(25.462)</b>
<b>Total</b>	<b>(6.124)</b>	<b>10.792</b>	<b>582</b>	<b>5.250</b>

(i) Valores se resumem a transferência de valores utilizadas em compensações ao longo do período, sendo estes tratados como transações não caixa conforme divulgado em Nota Explicativa nº 28.

**Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido em 31 de dezembro de 2024**

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
<b>Ativo</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa da CS	10.548	3.069	(2.779)	10.838
Provisão para contingências	2.206	355	(510)	2.051
Provisão PLR	731	1.143	(655)	1.219
Outras provisões temporárias	94	766	-	860
Provisão de manutenção	3.927	134	(1.959)	2.102
<b>Total ativo diferido</b>	<b>17.506</b>	<b>5.467</b>	<b>(5.903)</b>	<b>17.070</b>
<b>Passivo</b>				
Adoção Lei nº 12.973/14	(4.224)	-	461	(3.763)
Desp. Financ. art.73 IN nº 1.515/14	(3.519)	-	138	(3.381)
Depreciação (linear x curva de tráfego)	(8.578)	(2.964)	-	(11.542)
Demais diferenças temporárias	(5.234)	(1.011)	1.737	(4.508)
<b>Total Passivo diferido</b>	<b>(21.555)</b>	<b>(3.975)</b>	<b>2.336</b>	<b>(23.194)</b>
<b>Total</b>	<b>(4.049)</b>	<b>1.492</b>	<b>(3.567)</b>	<b>(6.124)</b>

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, encontra-se a seguir demonstrada:

Ano	R\$
De 1 a 4 anos	16.933
Acima de 5 anos	5.243
<b>Total</b>	<b>22.176</b>

**d. Imposto de renda e contribuição social – Resultado, – Reconciliação da alíquota efetiva**

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(37.220)	5.682
Alíquota nominal	34%	34%
	<b>12.655</b>	<b>(1.932)</b>
Adições/exclusões permanentes	(1.282)	(142)
	<b>11.373</b>	<b>(2.074)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.373	(2.074)
	<b>11.373</b>	<b>(2.074)</b>
Alíquota efetiva	31%	36%

**15. Bloqueio judicial e provisão para demandas judiciais e administrativas**

**a. Bloqueio judicial**

A redução dos valores referentes aos depósitos judiciais de 2024 no montante de R\$ 34.451 para R\$ 9.483 em 2025, se deu em razão da utilização dos valores bloqueados para quitação das execuções fiscais ajuizadas pela ANTT. A Transbrasiliana continua atuando de forma efetiva junto ao Judiciário Federal visando o desbloqueio dos valores remanescentes.

**b. Provisão para demandas judiciais e administrativas**

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

São provisionados os riscos e montantes que, na opinião da administração com base na opinião de assessores legais, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, os saldos e movimentações da provisão são como segue:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>4.564</b>	<b>1.471</b>	<b>6.035</b>
Provisões	2.789	1.430	4.219
Pagamentos	(603)	(167)	(770)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>6.750</b>	<b>2.734</b>	<b>9.484</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>5.750</b>	<b>739</b>	<b>6.489</b>
Provisões	2.057	1.180	3.237
Pagamentos	(1.767)	(210)	(1.977)
Reversões	(1.476)	(238)	(1.714)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>4.564</b>	<b>1.471</b>	<b>6.035</b>

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda é possível, de acordo com a análise dos advogados externos responsáveis e da administração da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Essas ações totalizam R\$ 157.296 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 124.925 em 31 de dezembro de 2024).

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	357	141.677	215	111.037
Trabalhistas	148	15.619	129	13.888
<b>Total</b>	<b>505</b>	<b>157.296</b>	<b>344</b>	<b>124.925</b>

O aumento verificado nas contingências cíveis e trabalhistas decorre, principalmente, do avanço das obras de duplicação da Rodovia BR-153/SP, especialmente, quanto ao início das obras do Lote 01. Ressalta-se que tais obras são realizadas através da atuação de colaboradores de empresas terceiras, envolvidos na execução dos serviços na via.

### 16. Outras contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a pagar	348	9.800
Parcelamento ANTT (i)	7.036	7.739
Outras contas a pagar	872	1.195
<b>Total</b>	<b>8.256</b>	<b>18.734</b>
Circulante	2.979	12.562
Não Circulante	5.277	6.172

(i) Os valores vinculados aos parcelamentos são atualizados periodicamente considerando como índice de correção a Selic em cada competência.

#### 16.1 Parcelamento ANTT:

	31/12/2025			31/12/2024
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Parcelamento ANTT	1.759	5.277	7.036	7.739
<b>Total</b>	<b>1.759</b>	<b>5.277</b>	<b>7.036</b>	<b>7.739</b>

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	1.567
2026	1.759	1.543
2027	1.759	1.543
2028	1.759	1.543
2029	1.759	1.543
<b>Total</b>	<b>7.036</b>	<b>7.739</b>

### 17. Patrimônio líquido

#### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R\$ 283.956, totalmente integralizado, representado por 428.071.224 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes à BRVias Holding TBR S.A. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 500.000.

#### b. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o acionista controlador realizou adiantamentos em dinheiro à Companhia, a título de futuro aumento de capital não reversíveis no montante de R\$ 42.170, os quais permanecem pendentes de integralização ao capital social na presente data.

#### c. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis nesse período.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Período de três meses findo em	Lucro (prejuízo) do período	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação básico e diluído - R\$ - Expresso em reais
31 de dezembro de 2024	3.608	428.071.224	0,00843
31 de dezembro de 2025	(25.846)	428.071.224	(0,06038)

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidores que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária.

### 18. Receita operacional líquida

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de pedágios	246.192	231.810
Receitas acessórias	4.970	5.457
Receita de construção - Ativos da concessão	48.810	38.404
Tributos incidentes	(21.604)	(20.341)
<b>Total</b>	<b>278.368</b>	<b>255.330</b>

#### Reconhecimento e mensuração

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como a gente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

#### Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Na avaliação da Companhia, não há impacto material na adoção do CPC 47 para esse grupo de contratos.

#### Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida a um ativo de contrato (Intangível em construção) durante o período de construção e posteriormente, quando concluído, transferido ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela concessionária. Consequentemente, de acordo com a CPC 47, a receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo ao invés de ser de forma pontual.

É aplicado assim, um método de porcentagem de conclusão, equivalente ao “Método de insumo” apresentado no CPC 47, para mensuração e reconhecimento dos custos e receitas relacionados às obras. A mensuração e reconhecimento pelas normas atuais é equivalente ao das novas normas, portanto, a Companhia concluiu não haver ajustes relevantes a serem reconhecidos em relação às receitas de construção, com exceção do reconhecimento de um ativo de contrato durante o período de construção.

#### Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas da Administração para o exercício findo em 31 dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### Tributos incidentes sobre prestação de serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Contribuição para Seguridade Social (Cofins) - Cumulativa	3,00%
Programa de Integração Social (PIS) - Cumulativa	0,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	3,00% a 5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

## 19. Custos e despesas por natureza

A seguir a composição das despesas por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Por natureza</b>		
Custo e despesa operacional		
Pessoal	(34.877)	(35.499)
Amortização do intangível e ativos de contrato	(70.303)	(54.836)
Serviços de terceiros	(13.773)	(12.052)
Conserv. de revestimento vegetal	(1.447)	(1.400)
Conserv. de pavimento flexível	(7.021)	(6.803)
Serviço de atendimento hospitalar	(8.572)	(9.120)
Custo de contrato concessão	(10.169)	(8.919)
Provisão para manutenção	(99)	1.750
Custo de construção	(48.810)	(38.404)
Material, equipamentos e veículos	(13.347)	(11.972)
Remuneração dos diretores	(3.957)	(4.211)
Serviço consultoria jurídica	(2.265)	(2.530)
Depreciação do imobilizado	(1.720)	(686)
Outros (i)	(30.483)	(9.500)
<b>Total</b>	<b>(246.843)</b>	<b>(194.182)</b>
Classificação da demonstração dos resultados		
Custo dos serviços prestados	(189.452)	(161.495)
Despesas Administrativas	(60.018)	(33.834)
Outros resultados operacionais	2.627	1.147
<b>Total</b>	<b>(246.843)</b>	<b>(194.182)</b>

(i) No primeiro trimestre de 2025 a Companhia realizou acordo para efetivação de transação extraordinária junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) mediante a renúncia ao direito vinculado aos processos junto a este órgão, contemplando o montante de R\$ 20.796, visando potenciais desbloqueios anteriores de saldos de recebimentos de receitas de pedágio bloqueadas pelo poder concedente. Destaca-se que estes montantes foram reconhecidos em despesas administrativas considerando a sua adequada competência.

## 20. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.200	99
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>1.200</b>	<b>99</b>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debentures	(52.653)	(48.166)
Outras (i)	(17.292)	(7.399)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(69.945)</b>	<b>(55.565)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(68.745)</b>	<b>(55.466)</b>

(i) Composto principalmente por: (i) R\$ 8.385 referentes a comissão de aval; (ii) R\$ 5.590 relativos a juros e multas por atraso de pagamentos; e (iii) R\$ 3.317 distribuídos entre outros custos associados à emissão de debêntures e demais despesas de menor relevância.

## **21. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

### **Ativos financeiros**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há saldo de ativos financeiros a valor justo.

#### **Recebíveis**

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esses ativos estão basicamente representados pelo saldo de contas a receber de clientes.

#### **Passivos financeiros**

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

#### **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (*fair value option*):

O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando:

A aplicação do *fair value option* reduz ou elimina um descasamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes;

Um grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido conjuntamente e seu desempenho é medido com base nos valores justos, de acordo com as políticas e estratégias de gestão de riscos e investimentos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há saldos desta categoria reconhecidos na Companhia.

#### **Empréstimos e financiamentos**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são representados pelos saldos demonstrados na rubrica de empréstimos e financiamentos.

#### **Classificação contábil e valores justos**

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros equivalem aos seus respectivos valores contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

#### **Mensuração do valor justo**

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, e seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2025.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito.

#### Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

#### a. Risco de liquidez

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2025.

	Menos de 03 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos	(139)	(190)	-	(329)
Debêntures	-	(21.945)	(299.978)	(321.923)
Parcelamentos tributários	-	(5.383)	(8.835)	(14.218)
Fornecedores e outras contas a pagar	(6.204)	(28.404)	(2.056)	(36.664)
<b>Total</b>	<b>(6.343)</b>	<b>(55.922)</b>	<b>(310.869)</b>	<b>(373.134)</b>

#### b. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2025 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente, não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia também não tem ações negociadas em mercado.

#### c. Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno.

Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo IPCA.

#### d. Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

#### e. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas da Administração para o exercício findo em 31 dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

### Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação do IPCA, principal exposição de risco de juros da Companhia referentes a atualização das debentures.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essa variável são apresentadas a seguir:

#### Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros IPCA.

#### Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenário provável (Cenário I), adotamos a taxa de juros CDI e TJLP de acordo com as informações obtidas na CETIP e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 31 de dezembro de 2025.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa do CDI e IPCA é apresentada a seguir:

Risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2025	Risco	Taxa de juros efetiva	Provável (I)	
				%	Valor
Aplicações financeiras	23.766	CDI	14,32	14,32	3.403
Parcelamentos tributários	14.218	Selic	14,30	14,3	2.033
Debentures	321.923	IPCA +12,06% a.a.	12,06	12,06	38.824

### Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

### Análise de dívida líquida e alavancagem financeira

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos financiamentos, e notas promissórias menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº9)	329	1.147
Debêntures (Nota Explicativa nº10)	321.923	316.950
Arrendamentos a pagar	658	929
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota Explicativa nº 3)	(37.788)	(13.335)
<b>Dívida líquida</b>	<b>285.122</b>	<b>305.691</b>
Patrimônio líquido	311.924	295.601
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>0,914</b>	<b>1,034</b>

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 22. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A cobertura de seguros não fez parte do escopo dos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2025, estavam contratados os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura - R\$
Responsabilidade civil	Maior de 2025 a maior de 2026	10.000
Engenharia	Abril de 2021 a agosto de 2026	58.525
Operacionais	Maior de 2025 a maior de 2026	65.542
Garantia	Março de 2025 a março de 2026	92.981

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

### 23. Benefícios a empregados

Em 6 de janeiro de 2012, a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev., cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

A Transbrasiliana aderiu ao Plano de Previdência em julho de 2016, sendo que as contribuições da Companhia e dos funcionários no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024 totalizaram R\$ 591 e R\$ 341, respectivamente.

### 24. Remuneração dos diretores

A seguir o valor total de remuneração atribuído a dois diretores e um presidente:

	31/12/2025	31/12/2024
<i>Pró-labore</i>	2.243	2.839
Encargos sociais	31	129
Benefícios diretos e indiretos	431	291
Participação nos resultados	1.252	952
<b>Total</b>	<b>3.957</b>	<b>4.211</b>

### 25. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

### 26. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da Rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Importante ressaltar que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros conforme apresentado na Nota Explicativa nº 22.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 27. Compromissos vinculados a contratos de concessão

#### a. Decorrente da verba de fiscalização

Refere-se à verba de fiscalização recolhida à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ao longo de todo o prazo da concessão, com o objetivo de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. O valor do pagamento anual é de R\$ 4.756, dividido em 12 parcelas iguais e mensais e o valor é corrigido com base no mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. Esses compromissos, com base nas estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2025, estão assim distribuídos:

Ano	Valor
2026	4.756
2027 até 2032	28.536
<b>Total</b>	<b>33.292</b>

Não existem verbas variáveis adicionais a serem pagas à ANTT.

#### b. Investimentos – Programa de Exploração da Rodovia (PER)

De acordo com o Programa Nacional de Concessão de Rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 31 de dezembro de 2025, os investimentos a serem realizados até o prazo final da concessão estão demonstrados a seguir:

Ano	Valor
2026	83.163
2027	80.250
2028	122.587
De 2029 até 2033	83.272
<b>Total</b>	<b>369.272</b>

### 28. Transações não caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia realizou as transações destacadas a seguir que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Descrição	12/2025
Transferência líquida de imobilizado, e ativo de contrato para intangível	43.702
Despesas antecipadas	2.581

\*\*\*